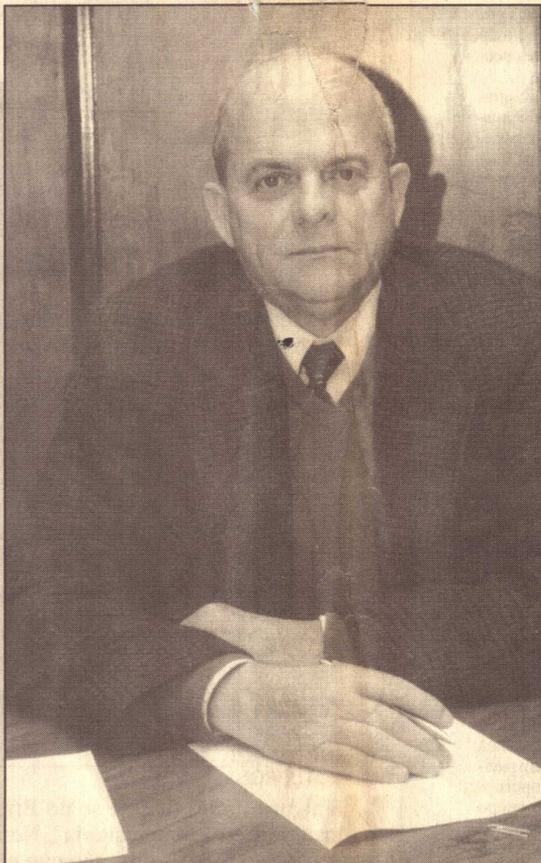


Comunidade da UFRGS escolhe o seu novo reitor

FOTOS RICARDO DE ANDRADE



Philippe Olivier Alexandre Navaux, José Carlos Ferraz Hennemann e Walter Meucci Nique são os candidatos. Os três responderam as mesmas perguntas formuladas pelo JU PÁGINAS 4 e 5

A natureza manda a conta

Uma mistura de ignorância, prepotência e ganância está provocando irreversíveis, crescentes e perigosas mudanças climáticas com sérias conseqüências para a vida no planeta

PÁGINA 8

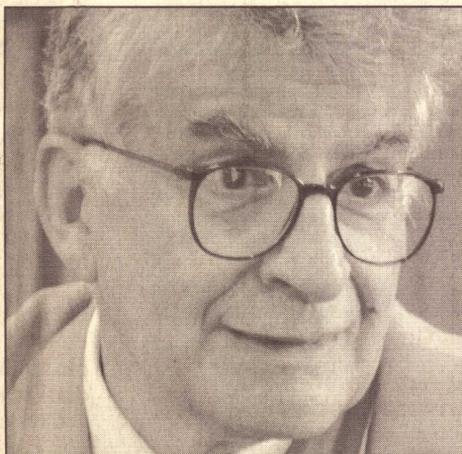


Engenharia apresenta uma casa popular sustentável

Novas técnicas construtivas resultam em uma casa de 46 m² onde condições ecológicas e bioclimáticas são prioridade. PÁGINA 10

Pleno da Andifes reuniu-se em Gramado

PÁGINA 3



ENNIO CANDOTTI

“O grande desafio da SBPC é a popularização da ciência”

PÁGINAS 6 e 7



Cidade ganha de presente um paraíso ecológico

Unidade de Conservação do Morro Santana, área do Campus do Vale, é uma das maiores coberturas florestais de Porto Alegre

PÁGINA 9

OPINIÃO

Eleição para reitor movimentada a UFRGS

A 60ª Reunião do Conselho Pleno da Andifes, realizada em Gramado nos dias 3 e 4 de maio, teve como tema principal a discussão do documento que a entidade vai encaminhar ao Ministério da Educação como contribuição para o debate da Reforma Universitária. Leia a matéria na página 3. Nas páginas 4 e 5 os três candidatos a reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Philippe Navaux, José Carlos Ferraz Hennemann e Walter Nique, apresentam idéias para a administração da Universidade.

Este mês, a entrevista da página central é com o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Ennio Candotti, que esteve recentemente em Porto Alegre. Ele considera que a SBPC tem três grandes compromissos com a comunidade científica: apoio à pesquisa, defesa da pesquisa e oferecimento de condições para a sua realização. E diz que a popularização da ciência é o grande desafio da entidade que preside.

A reação da natureza diante da ação destrutiva do homem é o tema dos artigos de três professores da Universidade. O professor Rualdo Menegat, do Instituto de Geografia da UFRGS, analisa o surgimento de ciclones na costa sul do Brasil. O professor Fernando Livi se refere ao aquecimento global e ao Protocolo de Kyoto, que os EUA se negam a assinar. E o professor Marcos Leão denuncia a poluição de alguns pontos do Aquífero Guarani, a maior reserva de água subterrânea do mundo, que já apresenta os resultados da exploração desordenada.

O Conselho Universitário acaba de aprovar a criação de uma unidade de conservação na área do Morro Santana ocupada pelo Campus do Vale. Agora o projeto aguarda a conclusão do estudo de viabilidade urbanística para a demarcação dos limites. Dos 630 hectares ocupados pelo campus, 400 se destinam à conservação ambiental. Leia na página 9.

Na página 10, o Norie, Núcleo Orientado à Inovação na Edificação, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil apresenta o seu protótipo de casa popular sustentável. Esse protótipo está permitindo o estudo, projeto e aplicação de técnicas construtivas que dão prioridade às condições ecológicas e bioclimáticas. Na mesma página uma notícia importante para a preservação dos bens móveis e imóveis da UFRGS: o Consun aprovou no mérito a criação do Instituto do Patrimônio Histórico da Universidade.

A reedição de dois livros de Alcides Maya (*Ruínas Vivas*, de 1910, e *Tapera*, de 1911) é saudada pela crítica literária e professora do Instituto de Letras Léa Masina num artigo na página 11. E na última página, o perfil de Christa Berger, uma professora que decidiu aposentar-se para melhor poder desempenhar sua função de educadora, crítica e observadora do mundo e do jornalismo.

ESPAÇO DA REITORIA

Manter a chama acesa

WRANA PANIZZI
Reitora da UFRGS

Dia 17 de junho elegeremos o novo reitor da UFRGS. O debate plural e a participação democrática, conquistas da comunidade acadêmica e da sociedade brasileira, felizmente já integram o cotidiano da vida universitária.

Para uma universidade como a nossa, a escolha do reitor representa muito mais que a eleição de um nome. Trata-se de um precioso momento de mobilização e reflexão, valorizado pela polêmica que, para nós, é sempre fonte de revitalização. Ganha ainda mais importância esta eleição quando sabemos que ela será realizada em um contexto político difícil e emblemático. Vivemos na última década um penoso ciclo de resistência, marcado pela diminuição constante de nossos recursos financeiros e humanos e pelo questionamento sistemático de nossa relevância social como instituição pública. Apesar disso, fizemos muito mais do que "resistir". Nesse período, como revelam muitos indicadores, as instituições federais de ensino superior cresceram e qualificaram-se em todas as direções. Porém, chegamos ao "limite de nossas forças", como dissemos ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no encontro que com ele mantivemos em agosto de 2003.

A esperança na implementação de um ciclo afirmativo da universidade pública ainda não se confirmou. Ainda não dispomos de fontes públicas garantidas e regulares de financiamento. Ainda não conquistamos a autonomia. Ainda lutamos para a superação de problemas emergenciais, como a reposição de nossos quadros docente e técnico-administrativo e a garantia de nossas verbas de manutenção e custeio. Sob este quadro, há alguns meses o governo federal vem priorizando o debate da "reforma universitária", tratando de questões como: o papel da uni-

versidade, autonomia, financiamento, avaliação, gestão e estrutura, projeto acadêmico, expansão e democratização do acesso. Estes temas, todos polêmicos, cobrarão de nossa universidade posicionamentos claros e amplamente legitimados. O reitor que elegermos terá a grande responsabilidade de levar adiante este debate. Sabemos que muitas das dificuldades que vivemos são "externas" a nossas instituições – e sabemos também que nossos problemas não se resumem à questão financeira. Nesse debate, os conflitos e as divergências serão inevitáveis. Para conduzi-lo, precisamos portanto de lideranças que, sem perder de vista que representam uma instituição heterogênea e plural, saibam pacientemente tecer a coesão que nos impulsiona e fortalece; lideranças ao mesmo tempo serenas na construção do diálogo e firmes na defesa de princípios que nos são caros – como a valorização da escola republicana e da educação pública laica, gratuita e de qualidade, a concepção da educação como bem público e do conhecimento como patrimônio social, o tratamento da educação como direito de todos e como dever do Estado.

Por tudo isso, nos dias que antecedem a eleição do novo reitor da UFRGS, professores, técnico-administrativos e estudantes, enfim, toda a comunidade universitária deve reunir-se para generosamente debater com os candidatos, questionando suas propostas ou contribuindo para aperfeiçoá-las. Este esforço deve ser consagrado por ampla participação eleitoral e, passado o pleito, por presença crescente e constante na construção cotidiana da vida universitária.

Para a UFRGS, cada eleição representa um novo passo, que renova e revitaliza uma caminhada que se quer cada vez mais democrática. Cabe a todos nós manter acesa a chama da nossa Universidade. A eleição é como um sopro, que faz vibrar esta chama sempre vigorosa.



Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Paulo Gama, 110, Porto Alegre/RS/Brasil
CEP 90.046-900
Fone: +55 51 3316-7000
Fax: +55 51 3316-3176
homepage internet: <http://www.ufrgs.br>
e-mail reitoria: reitoria@vortex.ufrgs.br

ADMINISTRAÇÃO

Reitora
Wrana Maria Panizzi
Vice-reitor
José Carlos Ferraz Hennemann
Pró-reitor de Ensino
José Carlos Ferraz Hennemann
Pró-reitor Adjunto de Graduação
Norberto Hoppen
Pró-reitora Adjunta de Pós-graduação
Jocélia Grazia
Pró-reitor de Pesquisa
Carlos Alexandre Netto
Pró-reitor de Extensão
Fernando Setembrino Cruz Meirelles
Pró-reitora de Planejamento e Administração
Maria Alice Lahorgue
Pró-reitor de Infra-estrutura
Hélio Henkin
Pró-reitor de Recursos Humanos
Dimitrios Samios
Secretária de Desenvolvimento Tecnológico
Maria Alice Lahorgue
Secretário do Patrimônio Histórico
Christoph Bernasiuk
Secretário de Assuntos Estudantis
Angelo Ronaldo Pereira da Silva
Secretária de Avaliação Institucional
Ana Maria Braga
Procurador-geral
Armando Pitrez
Chefe de Gabinete
Carmem Regina de Oliveira

Apoio - Agência Universidade Federal do Banco do Brasil

Jornal da
Universidade

Publicação da Coordenadoria
de Comunicação Social da UFRGS

Conselho Editorial - Aron Taitelbaun,
Eduardo Corsetti, Enno Liedke, Maria da
Graça Bulhões e Sandra de Deus

REDAÇÃO

Av. Paulo Gama, 110 - 8º andar
Fone/fax: (051) 3316-3368/3316-3176
e-mail: jornal@vortex.ufrgs.br
homepage: <http://www.ufrgs.br/jornal>

Editor-chefe - Clóvis Ott

Editora executiva - Ida Stigger

Editores assistentes - Ademar Vargas de
Freitas e Juarez Fonseca

Redação - Arlete R. de Oliveira Kempf,
Carla Felten e Jacira Cabral da Silveira

Projeto gráfico e editoração eletrônica
Anibal Bendati

Homepage - Marcelo da Silveira

Fotografia - Luiz Ricardo de Andrade e
Reni Jardim

Revisão - Israel Pedroso

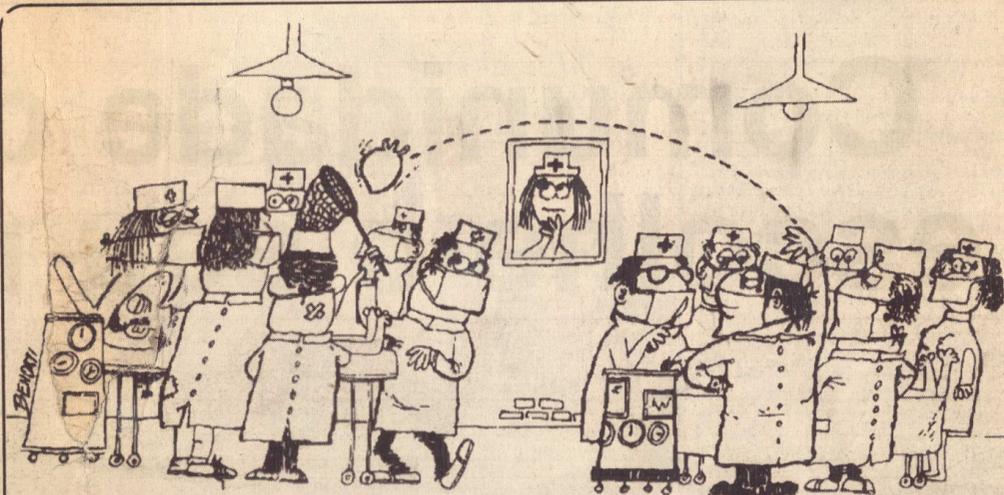
Colaboraram nesta edição - Fernando
Pohlmann Livi, Léa Masina, Rualdo
Menegat e Wrana Panizzi

Circulação - Luiz Ricardo de Andrade
cadinho@ufrgs.br

Apoio - Rosâne Vieira e Rita Silveira
Serv. gerais - Antônio Carlos dos Santos

Fotolitos e impressão - Companhia Rio-
grandense de Artes Gráficas (Corag)

TRANSPLANTE



Bendati homenageado

A Secretaria Municipal da Cultura promove, entre 20 de maio e 30 de junho, o XII Salão Internacional de Desenho para Imprensa de Porto Alegre, na Usina do Gasômetro. De terças a domingos estão à mostra trabalhos nas categorias cartum, charge, caricatura, ilustração e HQ. Neste ano, o homenageado com o Troféu Sofrenildo é o argentino naturalizado brasileiro Aníbal Carlos Bendati, programador visual do Jornal da Universidade.

Nascido em Bragado, na Argentina, Bendati veio para o Estado em 1960 e trabalhou nas redações dos jornais Última Hora, Zero Hora e na Caldas Júnior. Influenciou várias gerações de jornalistas. Como professor, atuou na UFRGS e na PUC. Também é premiado chargista e cartunista. Atualmente, aos 73 anos, além do Jornal da Universidade, diagrama a Revista do Professor e faz charges para o Jornal Kronika.

Reserva de vagas e democratização do acesso à educação superior

WRANA PANIZZI
Reitora da UFRGS

Há alguns meses discute-se no Brasil a chamada "reforma universitária". Nesse período, entretanto, o mesmo governo que propôs tal debate tem anunciado a implementação de medidas pontuais que certamente ganhariam maior amplitude e significado caso estivessem articuladas a um projeto para nossa educação superior. Ora, este projeto, necessariamente de longo prazo, aparentemente ainda não foi claramente formulado. É o que podemos concluir ao analisarmos a proposta de reserva de 50% das vagas nas universidades federais para candidatos formados pela escola pública.

Tomada isoladamente, tal medida parece ter um amplo alcance, promovendo a inclusão social e contribuindo assim para a democratização do acesso à educação superior. Contudo, considerada de maneira mais aprofundada, verificaremos que a reserva de vagas pode gerar novos problemas e graves disfunções caso não venha acompanhada de outras ações.

Quem vive o cotidiano da educação superior pública brasileira sabe que, para um grande número de alunos, a gratuidade do ensino não é suficiente. O êxito da caminhada desses estudantes rumo ao diploma depende também de auxílio, por exemplo, para alimentação, saúde, transporte e moradia. Daí a importância de nossas casas de estudantes, restaurantes universitários e de outros serviços. Em um país como o nosso, marcado por brutais desigualdades sociais, as políticas compensatórias revelam-se absolutamente necessárias. Devemos todos reconhecer, sem hesitação, que o Brasil acumula enorme dívida social. Porém, insisto e repito: não tornaremos a universidade pública efetivamente mais acessível aos brasileiros de baixa renda se não associarmos firmemente tal propósito a um projeto de alcance global para nossa educação superior. Nesse sentido, no que se refere à democratização do acesso, pelo menos quatro ações precisam ser claramente definidas, articuladas e implementadas.

A primeira diz respeito à **expansão e modernização do sistema público federal de educação superior**. Lembro aqui, mais uma vez, que proposta com este teor foi encaminhada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em agosto de 2003, pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Há uma década o sistema público federal de ensino superior vê seus recursos humanos e financeiros – para custeio, manutenção e investimentos – diminuir continuamente. É preciso sinalizar claramente para a inversão desta tendência. A universidade pública, para milhões de brasileiros, é a única oportunidade de formação qualificada – e o número crescente de vagas "ociosas" e de inadimplentes da rede de ensino privada testemunha a pertinência desta afirmação. A expansão da universidade pública, além de ampliar a oportunidade de acesso à educação superior, impulsiona-

ria mudanças em todo o nosso sistema educacional. Aliás, é preciso de uma vez por todas abordar a educação nacional como sistema, concebendo e implementando políticas coerentemente articuladas a todos os níveis de ensino. A proposta apresentada pela ANDIFES ao presidente Lula, em agosto de 2003, incluiu entre suas metas a formação de 300 mil professores, 50 mil deles titulados para atuar nos campos disciplinares mais carentes do ensino médio, como matemática, física, química e biologia.

A segunda ação que nos parece urgente diz respeito precisamente à **qualificação da nossa rede pública de ensino médio**, meta que deveria ser procurada de modo especial através da valorização dos professores – o que significa, em resumo, remunerá-los melhor, oferecer-lhes maiores oportunidades de qualificação e melhores condições de trabalho. O sistema público de educação superior, como destaquei acima, pode dar contribuição decisiva nesta direção.

Os estudantes de baixa renda formados pelas escolas públicas não terão êxito em nossas universidades se estas não implementarem uma sólida **política de permanência**, incluindo programas de auxílio e assistência estudantil à moradia, saúde, alimentação, transporte, aquisição de livros e de material didático, entre outras carências. E a esta terceira linha de ação será preciso articular ainda outra. Refiro-me a formulação de uma abrangente **política de acompanhamento acadêmico** e de apoio à qualificação dos estudantes ingressados em nossas universidades. A universidade pública é referência de qualidade para o conjunto da educação superior brasileira também porque, independentemente da origem social de seus estudantes, eventualmente complementa a formação precária recebida por seus alunos, sejam eles ricos ou pobres, tenham eles cursado escolas de ensino médio públicas ou privadas. Em nossa UFRGS, por exemplo, o programa "Pró-Cálculo" apoia e complementa a formação de estudantes de qualquer origem social, que ingressam na universidade através de um vestibular bastante rigoroso mas apresentam dificuldades de acompanhar seus estudos. Este tipo de programa deve ser objeto de apoio muito mais efetivo e sistemático por parte das autoridades governamentais.

O debate sobre a reforma universitária ainda não se concluiu e nossa educação superior já é objeto de proposições que nos parecem contraditórias, incompletas e apressadas. Todos temos pressa. Sabemos, contudo, que nosso principal desafio, hoje, é tornar a educação de fato uma **política de Estado**.

Boas idéias não faltam. Porém, a educação superior brasileira carece ainda de um projeto, isto é, de capacidade política para elaborar e implementar diretrizes que conquistem e mobilizem amplos setores da sociedade visando torná-la, de fato, uma prioridade nacional. Todos, comunidade acadêmica, governos e sociedades, somos responsáveis pela concepção e realização deste projeto.

ENSINO



Andifes discute em Gramado a Reforma Universitária

Nos dias três e quatro de maio realizou-se em Gramado, nas dependências da UFRGS, a 60ª Reunião do Conselho Pleno da Andifes, a última dirigida pela reitora Wraha Maria Panizzi como presidente da entidade. O principal tema desta reunião foi a discussão do documento que a Andifes encaminhará ao Ministério da Educação, ao Congresso Nacional e à sociedade em geral como contribuição para o debate da reforma universitária. A reunião do Conselho Pleno foi marcada pela realização de uma mesa redonda que contou com a presença de oito dos doze ex-presidentes.

A reunião de Gramado, programada no início do ano, encerrou uma série de cinco seminários regionais promovidos pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, ao longo do primeiro semestre de 2004. Nesses encontros, abertos a estudantes, funcionários, comunidade e com a participação de autoridades e entidades representativas convidadas, foram debatidos, em grupos de trabalho, diferentes temas referentes à reforma universitária: expansão e democratização do acesso ao sistema federal de ensino superior; papel da universidade no desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação; projeto acadêmico das universidades (currículo, responsabilidade social e avaliação); autonomia, financiamento e gestão institucional; carreiras, recursos humanos (gestão, carreiras e relações de trabalho) e hospitais universitários.

Nos seminários foram realizadas conferências e grupos de trabalho que apresentavam suas sínteses à plenária. O primeiro foi na Universidade Federal do Paraná, nos dias nove e dez de fevereiro, tendo como tema a discussão, expansão e democratização do acesso ao sistema federal de ensino superior. O segundo seminário, realizado nos dias oito e nove de março na Universidade Federal de São Carlos, abriu o debate com a mesa redonda sobre autonomia, financiamento e gestão institucional. Na Universidade Federal do Pará ocorreu o terceiro seminário nos dias 22, 23 e 24 de março. Neste encontro foram organizadas duas mesas redondas: avaliação do ensino superior e reforma curricular e responsabilidade social. O quarto seminário teve lugar na Universidade Federal da Paraíba, nos dias quatro, cinco e seis de abril. Os presentes assistiram à mesa redonda sobre autonomia, financiamento e gestão institucional. O último encontro ocorreu na Universidade Federal de Goiás, de 25 a 27 de abril. Contou com a participação especial do presidente da Associação Brasileira de Hospitais Universitários de Ensino, professor Amâncio Paulino de Carvalho, que falou sobre os problemas do setor.

O encontro de Gramado teve como principal objetivo realizar a síntese destes debates bem como discutir o documento final, apresentado em versão preliminar, o qual deverá ser concluído e amplamente divulgado até o início do mês de junho. A reunião serviu também para preparar a eleição do novo presidente da Andifes, que se realizou no dia 12 de maio. Foi eleita para ocupar o cargo, na gestão 2004 a 2005, a reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, Ana Lúcia Gazzola.

Participaram da Reunião do Conselho oito dos doze ex-presidentes da Andifes, que expuseram sua experiência diante da entidade e avaliaram a Reforma Universitária proposta pelo governo.

AVANÇOS E RETROCESSOS

Os ex-presidentes da Andifes que participaram da 60ª Reunião do Conselho Pleno, em Gramado, fizeram uma retrospectiva dos 15 anos da instituição, pontuando seus avanços, retrocessos e embates com diferentes governos. Em seus depoimentos foram unânimes ao afirmar que, neste período e até o presente momento, embora tenha havido progressos, as lutas permaneceram as mesmas: autonomia financeira, administrativa, didática, científica, das fundações de apoio, dos hospitais, da avaliação institucional e democracia. Ao abordar o desafio de promover a reforma universitária junto a diferentes instâncias oficiais e comunitárias, os ex-presidentes fizeram advertências e apontaram sugestões. Alguns discordaram do termo reforma, preferindo dizer melhoria.

Outros, falaram de esperança. A reunião também foi marcada por momentos de emoção, como a homenagem *in memoriam* ao ex-reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Luiz Filipe Serpa, feita pelo ex-reitor Tomaz Aroldo da Mota Santos.

Em seu discurso de recepção aos ex-presidentes da Andifes, a reitora da UFRGS, Wraha Maria Panizzi, disse que, independente do chamado do governo para que se pense uma reforma universitária, a universidade sempre fez isto: “Ela sabe que seu compromisso com a sociedade é cada vez maior.”

REGRAS NECESSÁRIAS

O professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, da UFSC, foi o primeiro a falar. Ele lembrou da origem da Andifes, criada a partir do setor das universidades federais existente no Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) em 1989. “À medida que foi sendo percebido que o Crub não podia mais representar interesses tão diversificados e, até mesmo, conflitantes entre as universidades, os reitores das instituições federais de ensino superior foram levados a pensar na possibilidade de criar uma entidade que reunisse em torno de problemas comuns e mais específicos do que aqueles incluídos no espectro mais abrangente do Crub.” Atualizando a preocupação com a autonomia discutida desde o início da Andifes, Rodolfo diz que se está no limite mais absoluto quanto ao funcionamento das instituições federais de ensino: “Para reverter esse quadro, o essencial é que tenhamos a garantia de uma regra de financiamento, pois, sem ela, a autonomia torna-se impossível. A segunda questão é que tenhamos liberdade na execução do nosso orçamento”.

Antônio Diomário de Queiroz (UFSC) recomendou a reeleitura de alguns dos documentos elaborados pela Andifes como contribuição para o debate atual da reforma universitária. Primeiro, citou o de 1994 quando a entidade propôs ao então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, uma ação conjunta das universidades federais com o governo recém eleito, para realizar a reforma universitária, elencando uma série de medidas que deveriam ser tomadas para o enfrentamento dos problemas apontados, que são os mesmo discutidos hoje. “Este documento precisa ser relido pela Andifes, pois marcou a ruptura da nossa instituição com a orientação dada pelo governo. Da mesma forma, o documento, aprovado em junho de 1995, que trata da eleição dos dirigentes das instituições federais de ensino superior, quebrou a orientação que se tinha até então.”

PRÊMIO DE QUALIDADE

Numa manifestação otimista, Odilon Antônio Marcuzzo do Canto (UFMS) ressaltou a importância das instituições federais de ensino superior (Ifes): “Se tivesse que escolher uma organização brasileira para receber prêmio de qualidade, eu não hesitaria em escolher as universidades públicas. E não há como contrapor isso. Nós estamos produzindo – e produzindo com qualidade – com poucos recursos”. Destacando esta importância, ele disse que o Brasil precisa não somente um sistema de universidades públicas, mas de um sistema de ensino superior que tenha a sua espinha dorsal nessas instituições públicas, tanto federais quanto estaduais. Também defendeu a diversificação deste sistema com a participação de estabelecimentos como os centros e escolas de ensino superior, além das universidades de pesquisa que garantam um maior ingresso no terceiro grau: “Hoje, estamos com algo em torno dos 9% dos nossos jovens em cursos superiores e precisamos, com urgência, triplicar esse número”.

Recordando o clima do final dos anos 90, Tomaz Aroldo da Mota Santos (UFMG) falou da ideia predominante da reforma do Estado sob uma perspectiva neoliberal, como uma resposta à crise fiscal do país. Na sua opinião, o desafio para o governo da época era como cortar gastos públicos para o controle da inflação. Para isso, o objetivo era transferir para o setor privado várias das funções que sempre foram do Estado. “É nesse contexto muito peculiar que o ideário do Banco Mundial tem uma grande influência. Era preciso desqualificar as Ifes e seus dirigentes. Depois de uma série de desentendimentos, a Andifes foi chamada a discutir a questão da autonomia. A discussão então girava em torno da expressão *entidades autônomas*, contida no artigo 207: “Não se sabia bem e nem se explicitava o que eram essas entidades autônomas, e elas passariam a ter autonomia para gestão de pessoal, orçamento global e, ainda, receberiam os seus recursos a partir de um fundo, constituído de 70% dos 18% previstos na Constituição para o financia-

mento das universidades públicas. A Andifes reagiu a isso e se empenhou na construção de uma alternativa para evitar apenas dizer não, o que veio a resultar no projeto de lei orgânica das universidades”.

CONVICÇÃO E EQUILÍBRIO

Foi assim que José Ivonildo do Rêgo (UFRN) definiu a ação da Andifes nesses 15 anos. Ele recordou os difíceis momentos da greve de 1998, quando enfrentou embates tanto com o governo como com diferentes movimentos. “Não aceitamos, naquela ocasião difícil que vivemos em 1998, a imposição das bolsas pelo governo, das limitações que colocavam, e conseguimos evoluir para a gratificação que, se não foi a melhor solução, foi a possível naquele momento e um avanço institucional importante.” Quanto à discussão da reforma universitária, disse estar na hora da construção de uma proposta de carreira, aprofundando temas relativos a financiamento, e a estruturas acadêmicas das Ifes. Destacou também a importante aproximação com o Ministério de Ciência e Tecnologia e o trabalho que deve ser desenvolvido junto aos poderes Judiciário e Legislativo. “Devemos desenhar uma estratégia de questionamento em primeira instância, com vistas a criar uma jurisprudência com relação a grandes retrocessos que temos na gestão das nossas instituições.”

Emídio Cantídio de Oliveira Filho (UFRPE) preferiu falar da atualidade, salientando a importância dos seminários realizados pela Andifes que culminaram na reunião de Gramado. “Essas reuniões, com expressiva participação da nossa comunidade acadêmica, trouxeram contribuições de fundamental importância para orientar os debates e as próprias reformas.” Comentou cada um dos temas discutidos nos seminários, opinando sobre alguns aspectos, como o caráter não duradouro da solução de cotas para lutar contra a exclusão; universidade como vetor da transferência de tecnologia; engessamento dos modelos curriculares; difícil convivência com avaliações como o provão “que nada diz a respeito da qualidade institucional”. Por fim, comentou a necessidade de serem criadas algumas categorias que correspondam aos novos perfis de técnicos necessários às universidades.

Diferente do proposto agora, discussão da reforma universitária, a grande questão em 2001 era salarial, resultando em uma série de manifestações da Andifes. Quem lembrou este tempo foi Carlos Roberto Antunes dos Santos (UFPR) na sua fala em Gramado, quando classificou de “terrível” e “violenta” a greve daquele ano. “Se a greve já é uma violência em si, essa foi uma violência dobrada, pois, entre outros incidentes, tivemos invasão e ocupação de gabinetes, depredação das universidades.” Quanto ao debate atual da reforma universitária, Carlos Antunes vai além das Ifes. Para ele, a reforma da universidade exigirá uma reforma do seu mantenedor, o MEC, “que não pode ficar enclausurado”. “Minha proposta é a criação de uma secretaria nacional da educação superior que englobe as universidades, as faculdades isoladas e os centros universitários. Essa secretaria deverá ter quatro grandes coordenações: ensino, pesquisa, extensão e avaliação, com coordenadores eleitos pela comunidade universitária.”

MUDANÇAS JUSTAS

O último ex-presidente a falar foi o reitor Paulo Speller (UFMT). Assim como Carlos Antunes, sustenta a necessidade de uma mudança na matriz de redistribuição de recursos orçamentários para que seja possível contemplar, de forma mais justa e igualitária, o conjunto das instituições federais de ensino superior dentro da sua diversidade. “Essas são questões históricas que vêm sendo levadas adiante com as alterações que o próprio MEC vem realizando, sem a nossa participação, sem a nossa complacência. Esse é um tópico que deve continuar a ser enfrentado, cada vez com mais força.” Mesmo otimista, crítica as imposições às Ifes em decorrência da situação econômico-financeira do país: “Não é possível pensar num processo de superação das graves dificuldades do Brasil – aí incluídas as universidades federais, que têm papel estratégico – quando já sabemos, de antemão, que altos valores resultantes de tudo o que se produz no país, está reservado para o pagamento da dívida; não é possível, com o que sobra, pensar em melhorar a saúde, educação, transportes, saneamento e as nossas Ifes”.

Os discursos na íntegra dos oito ex-presidentes da Andifes presentes à reunião de Gramado serão divulgados em publicação especial a ser produzida pela UFRGS.

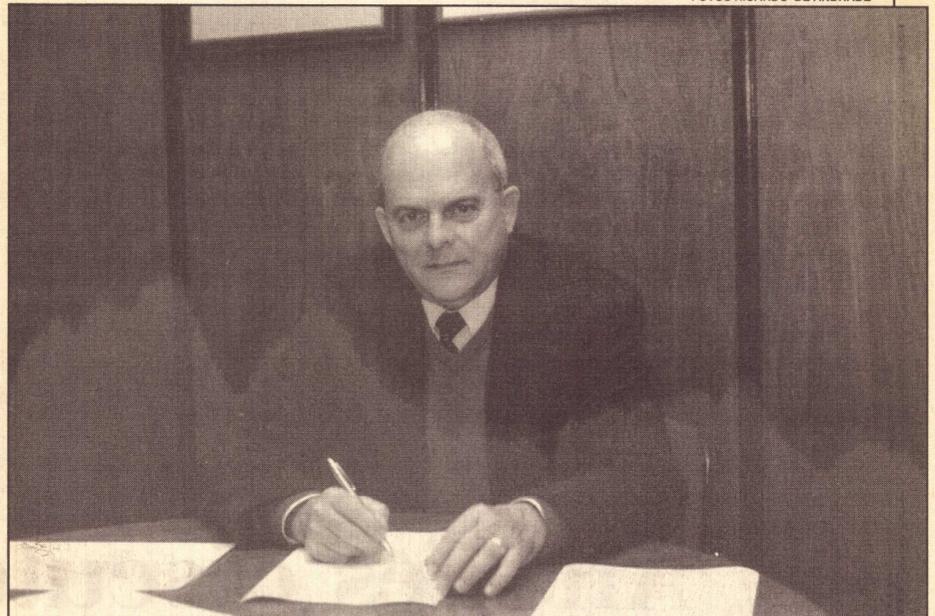
ENSINO

Como pensam os reitoráveis

FOTOS RICARDO DE ANDRADE



Philippe Olivier Alexandre Navaux



José Carlos Ferraz Hennemann

No dia 17 de junho, a comunidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a maior universidade pública do Estado, formada por cerca de 30 mil pessoas entre docentes, discentes e técnicos-administrativos, elegerá o seu novo reitor, por meio de voto livre e direto. A disputa envolve três candidatos: o diretor do Instituto de Informática, Philippe Olivier Alexandre Navaux, o atual vice-reitor, José Carlos Ferraz Hennemann, e o professor da Escola de Administração, Walter Meucci Nique. A transição no cargo está prevista para setembro. A votação será, mais uma vez, para a lista tríplice a ser enviada ao ministro da Educação, Tarso Genro, a quem cabe a decisão final. Desde a gestão Paulo Renato Souza no MEC, a tradição indica que o mais votado tende a ser o escolhido. Conforme decisão do Conselho Universitário (Consun), os resultados da votação serão encaminhados em seus números absolutos, sem aplicação de fórmula de proporcionalidade, cabendo, então, ao Consun, a elaboração da lista tríplice que será encaminhada ao MEC. Uma novidade nestas eleições é a criação da Comissão de Ética, que deverá, entre outras atribuições, fiscalizar a propaganda dos candidatos e receber, apurar e emitir pareceres sobre denúncias formais. A seguir, algumas das idéias dos três candidatos.

Jornal da Universidade – Como a Universidade deve agir para obter verbas, não só do MEC como de outros órgãos de financiamento e fomento?

Philippe Olivier Alexandre Navaux – A Universidade, como autarquia pública, deverá ser financiada por recursos públicos. Buscaremos ampliar a participação da UFRGS nos recursos do Tesouro para podermos arcar, além da folha de pagamento, com o pagamento dos serviços públicos utilizados, benefícios sociais (vale-transporte, auxílio-alimentação, auxílio-creche), materiais de consumo, manutenção, investimento e custeio das diferentes Unidades e setores com destaque orçamentário. Através de projetos participaremos institucionalmente e individualmente, por meio dos nossos pesquisadores, em busca de mais recursos junto às agências financiadoras nacionais e internacionais, usando de todas as prerrogativas legais (leis de incentivos). Também utilizaremos os recursos gerados por nossas fundações para financiar as atividades previstas nos fundos regimentais. A pós-graduação deverá ser financiada pelos recursos obtidos junto à Capes e demais órgãos de fomento, além de convênios internacionais.

José Carlos Ferraz Hennemann – Nossa proposta defende a Universidade pública, gratuita, de qualidade e autônoma, e com um projeto acadêmico que integre o ensino – em todos os níveis –, a pesquisa e a extensão. Este tipo de instituição deve, necessariamente, ser financiado pelo Estado, não apenas por ser a educação um dos direitos fundamentais, como pelo papel estratégico que as Universidades Públicas possuem para o futuro do país. Assim, é nossa obrigação lutar para um financiamento adequado ao cumprimento de sua missão. Contudo, isto não significa que a Universidade não deva buscar outras fontes de financiamento para a realização de projetos específicos. Parcerias podem, e devem, ser estabelecidas com Ministérios, Prefei-

turas, Estados, empresas públicas e privadas, sindicatos e ONGs, de forma a garantir a realização de atividades que, inseridas no projeto institucional da UFRGS, sejam capazes de reforçar a inserção social da Universidade.

Walter Meucci Nique – Uma das grandes preocupações de um gestor de qualquer organização é assegurar o fluido permanente de recursos. Estrategicamente, ainda, deve preocupar-se com a diversificação das fontes de recursos para que a suspensão, momentânea ou não, tenha o menor impacto possível na organização. Na universidade pública as fontes de financiamento são, além dos recursos orçamentários, os fundos de financiamento para as áreas em que atua a academia. Penso que a ação política (individual ou coletivamente, através da Andifes) é um mecanismo adequado, além de buscar a participação nos processos de decisão de alocação de recursos das diversas Fundações de Amparo à Pesquisa e outros instrumentos de busca de recursos em nível internacional, como os ligados à OMS, para exemplificar. Somos extremamente capazes na concepção e criação de projetos, bem como temos um corpo de técnicos altamente capacitados, o que nos dá legitimidade para a apresentação, pressão e negociação com organismos internacionais.

JU – O que o senhor pensa em relação à autonomia na escolha de reitores?

Navaux – Somos favoráveis não só à autonomia na escolha dos reitores, como também à autonomia de gestão e financeira da Universidade.

Hennemann – A escolha dos dirigentes é um processo que deve se esgotar no âmbito da própria Universidade. Esta é a real autonomia. Nosso Estatuto, antes da lei, já estabeleceu a consulta à comunidade. Esta realizada, o Conselho Universitário, nas últimas eleições homologou o resultado, acatando a decisão. Numa reforma universitária, entendemos que estes pontos devem ser consagrados. Da mesma forma, cada universidade, de acordo com decisão de seus segmentos, saberá definir a forma de participação de cada categoria. Esta medida respeitará a especificidade de cada instituição e o desejo de sua comunidade.

Nique – No meu entendimento, a autonomia conquistada pelas universidades, especificada na carta de 1988, dá a legitimidade e a legalidade para a definição e execução do processo de escolha de seus dirigentes “intramuros”. O que me surpreende é uma legislação que, de forma autoritária, busca os técnicos-administrativos (15%) e estudantes (15%) para assinarem em baixo de uma decisão de professores (70%), não seja contestada até mesmo judicialmente, haja vista o dispositivo constitucional da autonomia. De todas as maneiras, quero aqui registrar o meu total desacordo às regras expedidas pelo MEC durante a gestão do professor Paulo Renato de Souza, bem como a mais firme convicção do princípio da paridade dos três corpos acadêmicos. Neste processo específico de 2004 de escolha do Reitor da UFRGS, tivemos várias vezes a oportunidade de nos manifestar pela paridade das três categorias. Há uma iniciativa louvável da Adufrgs na busca de um acordo político para orientar o Consun na elaboração da lista a ser enviada ao senhor Ministro. Nós apresentamos uma Carta Aberta à Comunidade Acadêmica, onde desenhamos uma proposta de acordo cristalizada em uma percentagem de 40% para os professores, 30% para os técnicos-administrativos e 30% para os alunos.

JU – A democratização do acesso à universidade é um assunto cada vez mais em pauta no país. Como vê essa questão?

Navaux – Somos favoráveis à democratização do acesso à Universidade, entretanto este acesso necessariamente deve se dar “pela porta da frente” e não pode levar a uma diminuição da qualidade dos formandos. O projeto de lei enviado pelo presidente da República prevê que o ingresso deverá ser regulamentado pelas universidades. Devemos ter o cuidado de evitar que ocorram ingressos por meio de liminares, como ocorreu no início da década de 80 devido à Lei do Boi, inviabilizando o ensino nos cursos de Agronomia e Veterinária. Já existem projetos em universidades públicas que podem servir de exemplo, em que os alunos das escolas públicas participantes são monitorados durante o ensino médio e seus professores são qualificados pelos docentes da Universidade. Da mesma forma, devemos incrementar e ampliar os cursos preparatórios para o vestibular, já existentes na UFRGS, para alunos carentes.

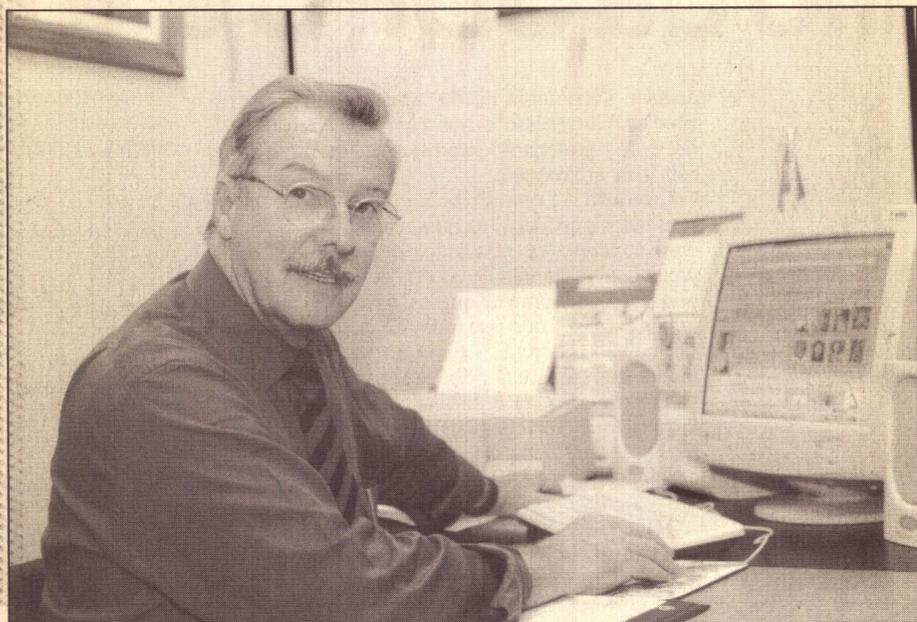
Hennemann – A democratização do acesso à Universidade Pública faz parte do próprio ideário institucional. As universidades públicas são, para milhares de brasileiros, uma das únicas oportunidades de educação superior. O governo vem trazendo fortemente propostas de cotas para o ingresso, sejam cotas raciais ou sócio-econômicas. O estabelecimento deste tipo de medida, chamada “afirmativa”, através de medida provisória seria, no mínimo, desastroso, pois esta questão merece um debate aprofundado e decisões maduras compartilhadas pelo conjunto da Universidade. Todos concordamos que a Universidade está consciente de sua responsabilidade social e que tem um papel a cumprir no enfrentamento das desigualdades sociais do país, mas será pouco eficaz estabelecer cotas para o ingresso se os estudantes não tiverem garantidas as condições para permanecer no curso. A assistência estudantil, seja sócio-econômica ou mesmo pedagógica, será requisito fundamental para o sucesso deste tipo de ação. Há também outras medidas importantes que a Universidade pode tomar, como incrementar a formação e a qualificação dos professores de licenciatura para a rede pública. O papel da Administração Central é organizar e fomentar o debate sobre este conjunto de questões que reafirmem o compromisso social da Universidade sem perder de vista sua qualidade e os critérios de excelência acadêmica.

Nique – A verdade é que, se este assunto está cada vez mais em pauta, é porque a sociedade brasileira está buscando alternativas para a inserção de seus jovens na educação superior. Não podemos conviver com este processo educacional excludente. Quando verificamos a correlação do nível de renda com nível de educação, encontramos as razões para uma série de flagelos de que se resente a sociedade brasileira, como a violência, o desemprego, o tráfico de drogas. É importantíssimo, portanto, que possamos desenvolver esta discussão não somente dentro da universidade, mas em todos os outros níveis da educação nacional, das políticas econômicas e das políticas sociais.

JU – Como analisa a contratação de serviços terceirizados na universidade pública?

Navaux – A participação dos servidores técnico-administrativos será fundamental na nossa gestão. Os serviços terceirizados só se justificam nas categorias que se encontrem em extinção nos quadros da Universidade. Deveremos gerenciar junto ao MEC a reposição das vagas em aberto para poder realizar concursos públicos o mais breve possível, atendendo assim às nossas demandas e ao que determina a própria Constituição brasileira.

Navaux, Hennemann e Nique



Walter Meucci Nique

Hennemann – O emprego de serviços terceirizados na Universidade é, ao mesmo tempo, uma necessidade e um problema. Com a extinção de algumas categorias funcionais, a única alternativa para que não ocorra suspensão de certas atividades é a contratação de serviços terceirizados de empresas, como segurança e limpeza. Os problemas que esta situação traz são vários. O custo de serviços vem aumentando progressivamente, sem o correspondente aumento do orçamento, e, por outro lado, cria a existência de dois tipos de relações de trabalho numa mesma instituição. Podemos trabalhar para que haja alteração na lei, mas, até que isto aconteça, devemos concentrar esforços para minimizar estas consequências indesejáveis.

Nique – As organizações decidem a contratação de pessoal em função de uma série de critérios, tais como congruência em relação aos objetivos da organização, preenchimento de cargos ditos estratégicos para o desenvolvimento de suas funções, a relação custo/benefício dos serviços utilizados. Em relação a este último critério, depois de definitivamente excluída a necessidade estratégica de corpo pessoal capacitado, deve-se ponderar a possibilidade de utilizar outros serviços especializados em outras organizações. Por exemplo, poder-se-ia contratar, depois de um processo licitatório, uma cooperativa para executar a limpeza dos recintos da organização. Então, a universidade pública como em outras autarquias e administração direta fazem e devem fazer uso de contratações de serviços terceirizados, dentro de determinadas condições, como as explicitadas acima.

JU – Quais são os seus planos, caso venha a ser o escolhido?

Navaux – Nossas propostas partem de quatro princípios inegociáveis: primeiro, não abrimos mão de preservar uma **universidade autônoma, pública, gratuita e plural**; segundo, queremos que a UFRGS interaja com todos os segmentos da sociedade, para reafirmar sua liderança local e regional e seu papel social e político; terceiro, entendemos que a universidade é uma rede de pessoas que devem se conhecer e se relacionar, rompendo eventuais ilhas de isolamento, e por último entendemos a UFRGS como um centro de produção e divulgação de arte, ciência e cultura.

Nossa idéia central, que é criar uma Universidade em Rede, implica uma gestão compartilhada e integrada com as Unidades, Hospitais e órgãos su-

plementares. Eu diria que nossas palavras-chave são ouvir, integrar, planejar e executar. Colocamos no eixo desta Rede a criação de uma Ouvidoria, que vai ser um instrumento de informação para avaliar a gestão e solucionar problemas. Evidentemente temos inúmeras propostas para qualificar o ensino, a pesquisa e a extensão, que entendemos como atividades que devem estar articuladas, e sabemos que é urgente ampliar a infra-estrutura de salas de aula, fortalecer o sistema de bibliotecas, por exemplo. Igualmente estamos atentos para apoiar o avanço da pesquisa e estimular as atividades de extensão realizadas pelas Unidades. No que diz respeito à arte e à cultura, estamos preocupados em otimizar o uso dos equipamentos culturais existentes na UFRGS e estabelecer novos espaços, retomar de modo criativo a política de mostra de filmes na Sala Redenção, ampliar o acesso à Editora, enfim, promover a integração da comunidade universitária com a cidade através da arte e da cultura. E não poderia deixar de citar, mesmo que rapidamente, a grande preocupação que temos, e que está no nosso plano de gestão, com a responsabilidade social da Universidade no que diz respeito ao seu papel diante do desenvolvimento do país, da região, das demandas da sociedade. Como seria impossível detalhar aqui todos os nossos planos, recomendo, a quem se interessar, que visite o nosso site (www.universidadeemrede.com.br), onde nossas propostas estão disponíveis, inclusive à espera de críticas e sugestões pelo e-mail reitoria@universidadeemrede.com.br

Hennemann – A Universidade Pública vive um momento que é, simultaneamente, rico e incerto. Enquanto seu compromisso social vem sendo questionado, discute-se uma Reforma Universitária que compreende desde a autonomia de gestão até a democratização de acesso. Eleitos, assumiremos a resoluta defesa da Universidade Pública, gratuita, autônoma e com excelência acadêmica e construiremos uma nova administração, dentro de um espírito de renovação e superação permanentes. Na impossibilidade de arrolar todos os planos que constam de nosso Programa, destacamos que todos eles podem ser sintetizados na busca permanente da excelência acadêmica. Neste sentido, salientamos a necessidade de melhorar e ampliar salas de aula, bibliotecas e laboratórios, pois sem eles todas as atividades ficam comprometidas. Também é fundamental que todo este trabalho assentado na excelência acadêmica seja amplamente divulgado tanto fora como dentro da própria Universidade. Para tanto, propomos a implantação de um sistema integrado de comunicação que possibilite um salto nesta área. Entendemos ainda ser necessário trabalhar para que se viabilize um plano de saúde ou de assistência para os servidores docentes e técnicos-administrativos. Estes são alguns exemplos de propostas que temos em nosso programa,

que foram agrupados em nove compromissos maiores e desdobrados em vários pontos concretos como estes, os quais expressam nosso compromisso com a Universidade.

Nique – Gostaria de dizer em primeiro lugar que não são **meus planos** mas sim um conjunto de idéias e ações de um coletivo. Aliás, este resultado do coletivo não é um resultado acabado, muito pelo contrário! Estamos indo às unidades, departamentos, pós-graduações, laboratórios, técnicos-administrativos, estudantes de graduação e pós-graduação e outros segmentos da nossa universidade para que o resultado final seja com a participação de todos e que será utilizado como objetivo prioritário da nossa gestão.

Em segundo lugar, as propostas estão fixadas em cima de duas grandes colunas: a participação efetiva de **todos** os segmentos em todos os níveis e o compromisso social. Não podemos prescindir dos funcionários e dos estudantes nas instâncias de planejamento, de pessoal, por exemplo. A participação não é uma luta por um índice mas para ser **co-partícipe** da construção e da responsabilidade de nossa universidade. Penso também que poderíamos convidar os ex-reitores para, em conjunto com a Adufrgs, Assufrgs, DCE e APG, participarem de um Conselho Consultivo da Reitoria, de maneira que se possa, de um lado, não perder a experiência dos antigos gestores e, de outro lado, que este Conselho possa fazer um processo de reflexão a respeito da nossa UFRGS, com um horizonte de dez, vinte ou mais anos na frente.

O compromisso social, segunda coluna de sustento de nossas propostas, está baseado em que uma organização existe somente porque atende necessidades e desejos de seu público. A sociedade brasileira é nosso público e decisora da nossa missão de universidade. Esta mesma sociedade nos pede, por exemplo, uma ampliação substantiva de vagas, especialmente em cursos noturnos. Ao mesmo tempo em que ela nos exige, ela nos apoia politicamente na busca de soluções para esta demanda, o que nos fortalece no processo de negociação de verbas para a execução desta missão.

A extensão, em todas as suas formas, é a expressão mais evidente e cristalina do compromisso social e por isso ela está no topo das prioridades de nossa gestão. Também faz parte deste compromisso a assistência estudantil. Não adianta promovermos uma abertura do acesso se o estudante carente não tiver condições de permanecer estudando. Isso apenas elevaria os índices de evasão. A manutenção do RU e das casas de estudantes, assim como a ampliação do número de bolsas na UFRGS são esforços que iremos promover. E, como grande esforço, faremos todo o possível e necessário para que consigamos construir o RU da Eséf, demanda sentida há muito pelos estudantes.

O vínculo estreito, forte e constante com esta sociedade, em todas as suas manifestações e instâncias decisórias de políticas públicas, como os municípios, estados e a União, assim como com as organizações não governamentais é e deve ser o oxigênio para que a UFRGS exista. Este é o caminho para conseguirmos construir soluções conjuntas para problemas graves, como o da segurança.

Nós somos um instrumento de ação da sociedade!

Por fim, e não com menos ênfase, quero dizer que os princípios da solidariedade, da ética e da transparência são os norteadores de nosso plano de gestão, bem como a reafirmação absoluta da defesa do caráter público e gratuito de nossa universidade.



Falta pouco.
Continue contribuindo.

Em pouco tempo, estaremos concluindo as obras de recuperação do Prédio Histórico da Faculdade de Agronomia.

Sua participação é fundamental.

Continue contribuindo. Muito obrigado.

LIC

Lei de Proteção Cultural

Estado do Rio Grande do Sul

Lei de Proteção Cultural

Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria do Patrimônio Histórico: www.ufrgs.br/predioshistoricos ou (51)3316-3018

UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

BRASIL

10342004

ENNIO CANDOTTI

O grande desafio da SBPC é a popularização da ciência

Romano nascido em 1942, formado em Física pela Universidade de São Paulo (USP) em 1964 e naturalizado brasileiro em 1983, Ennio Candotti é o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC. Veio a Porto Alegre lançar a reunião regional da entidade. O exercício de cargos de direção e a própria presidência da entidade não são nenhuma novidade para ele. Antes desta gestão, Candotti esteve à frente da regional do Rio de Janeiro, foi conselheiro, vice-presidente e presidente em duas gestões seguidas (1989 e 1992). Apesar da rapidez da visita, ainda houve tempo para um encontro com o *Jornal da Universidade*. Na entrevista, Ennio Candotti, que desde 1995 é pesquisador da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), falou sobre como deve ser a atuação da SBPC no Brasil atual, a situação da Ciência e Tecnologia no país, suas carências, realizações e perspectivas.

Jornal da Universidade - Diante das carências e necessidades atuais do país e da multiplicidade de prioridades do governo, como pensar, hoje, o papel da SBPC?

Ennio Candotti - A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a SBPC, tem três grandes compromissos com a própria comunidade científica: apoio à pesquisa, sua defesa e o fornecimento de condições de realização, para que a comunidade científica tenha possibilidades de trabalhar em instituições estáveis e com continuidade. Também é da sua alçada, a famosa batalha pelos recursos financeiros, a formação de recursos humanos, a própria reprodução do sistema e a oferta de possibilidades para que os jovens se formem e encontrem emprego. A multidisciplinariedade é de onde saem novos rumos para pesquisa. É na popularização da ciência que está o grande desafio da SBPC: fazer que conhecimentos não sejam vistos com temor, mas com admiração, que sejam lidos e vividos com confiança. Então, é preciso estabelecer laços de confiança com a comunidade científica e com a sociedade, que precisa acreditar, confiar. Para isso, a comunidade científica deve participar da vida política mostrando seu empenho e seus compromissos éticos e políticos.

JU - E como se dá esta participação de comunidade científica na vida política? Como e com que meios?

Candotti - Nesta popularização da ciência há um grande desafio: ciência é difícil de divulgar, porque é uma construção de conhecimentos plurais e formais fundamentais. É preciso traduzir, usar imagens, metáforas e aí surge todo um marketing próximo à literatura, e que, às vezes, se afasta da própria atividade científica. A tradução da atividade científica para o público se aproxima mais da literatura. Isto a torna uma área de debates. Também são funções da SBPC: representar a comunidade científica junto aos ministérios, conselhos, à própria criação das Fundações de Apoio à Pesquisa nos estados, e às atividades presentes nas assembleias legislativas. Finalmente teria uma

quarta, que engloba todas, que é a publicação de suas opiniões, a veiculação junto à imprensa, com textos mais divulgativos, e junto à comunidade científica, com textos mais científicos. A SBPC, hoje, conta com uma rede de informação e de divulgação que há 10 anos estava apenas se iniciando. Hoje, temos o *Jornal da Ciência* que já tem 10 anos, *A ciência das crianças*, que se tornou uma revista mensal, a *Ciência Hoje*, a *Ciência Cultura*; há jornais eletrônicos e, também, veículos em algumas regionais. Mas o nosso instrumento de grande penetração é o *JC e-mail*, jornal por correio eletrônico que é lido por 25 mil pessoas todos os dias. A SBPC tem capacidade para mobilizar a comunidade científica em poucas horas. Esses instrumentos não são explorados plenamente. Mas ainda não estamos organizados para utilizar completamente esses instrumentos de pressão, de informação, de educação. As atividades tinham que encontrar recursos, só faltava imprimi-los. Hoje há um clima de grande esperança, de expectativa, talvez até muito maior do que está a nosso alcance.

JU - É possível considerar que a educação, a ciência e a cultura funcionam, hoje, como motores da política de desenvolvimento social do país?

Candotti - Eu acredito que sim. *Laser*, hoje, é um objeto barato, muito útil, desde a produção em uma oficina de alta sofisticação até o uso por parte de uma costureira. Aproximar a tecnologia de ponta das necessidades de produção, desde a mais modesta, é a grande chance do sistema. Isso não se faz sem uma clara educação, com a popularização da ciência, profissionalização, ensinamento do uso da tecnologia. Às vezes parece complexo, mas, com um pouco de treinamento, se pode dominá-la. E o que nos falta é colocar o conhecimento científico tecnológico à disposição de quem precisa deles.

JU - O senhor disse em entrevista que Ci-

ência e Tecnologia ainda "são um corpo estranho no Congresso e nos corredores de Brasília e dos governos estaduais". Explique mais esta sua afirmação.

Candotti - Como Ciência e Tecnologia não dão resultados imediatos, visíveis e não trazem um produto concreto, os resultados dependem de interpretações. É comum ouvir dos políticos, e da própria área econômica, que as universidades "são iguais entre si", que isso tudo "é fantasia", que "não são coisas concretas". Falta um melhor entendimento com as áreas políticas sobre o papel e as funções da ciência e da tecnologia. Não é difícil mostrar que 50% do PIB brasileiro se deve aos avanços científicos e tecnológicos desenvolvidos em nossas universidades.

JU - Cite exemplos.

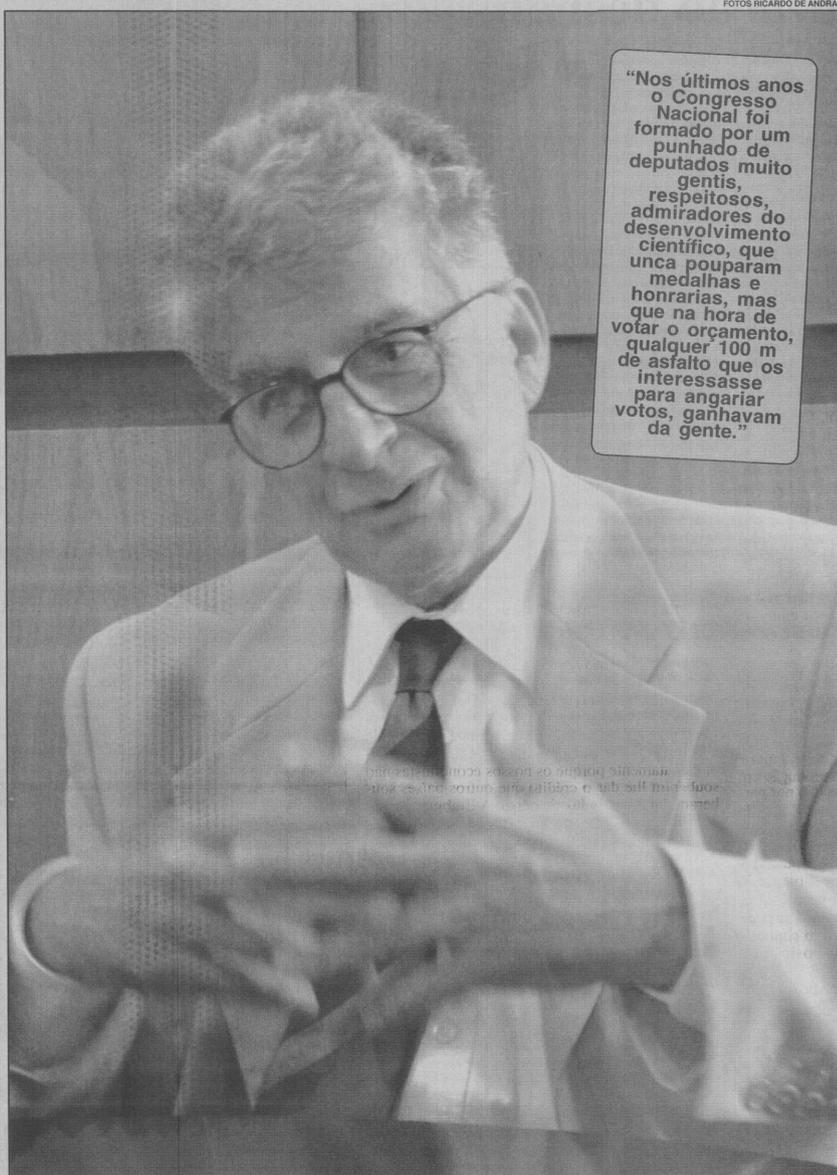
Candotti - Daria como exemplos a soja, a Embrapa e o petróleo em águas profundas. Esses três itens correspondem a 50% de todo PIB nacional. Só um deles paga tudo aquilo que se investiu em ciência e tecnologia nos últimos 50 anos. Mas, isso precisa ser lembrado. Temos três bilhões de reais contingenciados, ou seja, retidos na Fazenda para a atividade primária. Quando vamos pedir parte desses recursos perguntam: "O que vocês vão fazer?" Se respondermos que é para prospectar petróleo, para dobrar a produtividade da soja, sem precisar ser transgênica, ou para produzir qualidades de aços melhores, olham e nos respondem com ceticismo. Agora, imagine o ceticismo há 20 anos, quando esses exemplos não existiam. Nos anos 70 participei das discussões nos anos 70 (eu era professor de Física) nas pesquisas para desenhar as plataformas para extração de petróleo em águas profundas. Havia restrições, diziam que isso não seria possível. Falávamos de plataformas de 100m de profundidade. Hoje vamos a 2000, 3000m. Naquela época se dizia não porque era muito caro. Foi o mesmo com a soja e com a Embrapa. Se hoje a Embrapa ainda não tem uma nacionalização maior é exatamente porque os nossos economistas não souberam lhe dar o crédito que outros países souberam dar à sua indústria aérea. A Embrapa conseguiu desenvolver parte no exterior porque lá encontrou financiamento e aqui, não.

JU - O senhor vê alguma perspectiva de mudança, a curto prazo, nessa maneira de se tratar a Ciência e a Tecnologia no país?

Candotti - Não sei. São as mesmas cabeças que estão à frente da nossa economia, hoje, e que vêm com muita desconfiança as atividades em Ciência e Tecnologia. Mas melhorou um pouco. Nos últimos anos o Congresso Nacional foi formado por um punhado de deputados muito gentis, respeitosos, admiradores do desenvolvimento científico, que nunca pouparam medalhas e honrarias, mas que na hora de votar o orçamento, qualquer 100 m de asfalto que os interessasse para angariar votos, ganhavam da gente. Hoje, já há uma consciência maior, mas ainda estamos longe de convencê-los da importância desse "sacrifício". Investimentos em ciência e tecnologia são sementes valiosas que precisam ser preservadas e apoiadas. Os economistas insistem em dizer que tecnologia é um bem que se compra no mercado. Se não tiver no mercado nacional, que se procure no mercado exterior. Acho que esse é um dos grandes equívocos. Não se compra e, quando se compra, se paga caro e, em geral, vêm em caixas pretas que não permite serem atualizadas ou abertas. Tem que ser desenvolvida no país. Isso é para lembrar que precisamos de mais gente trabalhando nestas áreas. A formação de recursos humanos é a premissa fundamental do desenvolvimento científico e tecnológico. Mesmo com todo o movimento pela inovação e pela política industrial, há um ponto fraco nisso tudo: não se prevê, adequadamente, a formação de pessoas, não se destinam as verbas necessárias a um programa de recursos humanos em áreas prioritárias. Essas são as questões mais importantes em discussão hoje. É prevista uma política industrial, são previstos os recursos para essa política, mas de empréstimos, ou de créditos. Só não vi, ainda, a clara definição de uma política de formação de gente especializada para essas áreas. E dentro de poucos anos essas pessoas poderão fazer falta. É preciso começar a formar logo essa gente, porque demora de seis a oito anos para formar um especialista.

JU - Há poucos anos passou-se a falar muito em novidades como inovação e Fundos Setoriais. As novas empresas que se criaram e as que restaram em poder do Estado após as privatizações participam, efetivamente, nos programas de pesquisa e de formação?

Candotti - Um levantamento da composição dos gastos de ciência e tecnologia no país não está



"Nos últimos anos o Congresso Nacional foi formado por um punhado de deputados muito gentis, respeitosos, admiradores do desenvolvimento científico, que nunca pouparam medalhas e honrarias, mas que na hora de votar o orçamento, qualquer 100 m de asfalto que os interessasse para angariar votos, ganhavam da gente."

desigualdades que, a cada momento, se apresentam exigindo solução?

Candotti - O grande desafio é estabelecer prioridades. Concentrar em cada região, em algumas áreas, de modo que possa se alcançar com grande rapidez a excelência, a qualidade necessária para que essas áreas sejam desenvolvidas bem em novas regiões. Isso é o nosso principal desafio. A SBPC tem se empenhado em mobilizar as regionais para que possam ser instrumentos de desenvolvimento científico regional e possam apresentar nestes aspectos, interesses da comunidade local. E que se possa equacionar o problema da formação de recursos humanos locais e também da implantação de instituições sólidas. Mas ainda estamos longe disso. A Amazônia precisaria de um programa de formação de recursos humanos de, no mínimo, 10 mil pessoas para os próximos 10 anos. O Nordeste precisaria estudos mais aprofundados das regiões semi-áridas. Mas existem outras regiões que não têm um parque industrial que as absorva. Estamos numa fase de transição, em que o novo ainda não nasceu e o velho custa a morrer. Imagino que viveremos os próximos tempos tomando grandes decisões. O impasse de um crescimento desigual já mostrou que a situação é insustentável, como um todo. Seria um desenvolvimento não sustentável. Como? Por quê? Precisamos de gente nessas regiões e não sabemos ainda como fixá-las.

JU - Qual a atuação, a ligação, o grau de autonomia e as relações das secretarias regionais da SBPC com a sua direção central?

Candotti - As secretarias regionais gozam de grande autonomia. A SBPC tem uma atividade que depende muito das iniciativas dos seus sócios. Não há grandes restrições e nem a exigência de um pensamento único. Ela é a soma de contribuições dos seus sócios e eu gostaria que fosse muito mais a soma das contribuições de suas regionais bem organizadas. As reuniões regionais que estamos organizando têm, também, o objetivo de fortalecer as secretarias regionais e de permitir que elas tenham uma atividade permanente todos os anos. Com isso obterão os devidos financiamentos e possibilitarão a presença da SBPC o ano todo, entre as grandes reuniões regionais que

ter que elas tenham uma atividade permanente todos os anos. Com isso obterão os devidos financiamentos e possibilitarão a presença da SBPC o ano todo, entre as grandes reuniões regionais que poderão, de agora em diante, realizar com continuidade. Acho que as atividades das regionais da SBPC são muito importantes para consolidar a criação das fundações de apoio à pesquisa e a aproximação da academia com o ensino médio e fundamental. É o que estamos promovendo agora com essas reuniões, com vários objetivos: aproximar as duas áreas (ensinos médio e fundamental); fazer com que os pesquisadores, tenham maior clareza sobre os desafios do ensino médio; atualizar os professores sobre o que está sendo feito nas fronteiras da ciência e da pesquisa; servir como referência sempre que necessário; criar uma cultura de integração entre escola e universidade. Há um outro desafio: os livros didáticos são muito pobres nos pontos mais atuais de ciência e tecnologia. É difícil encontrar questões como DNA, clonagem, relatividade, quasares, estrelas, astrofísica, ou a própria tecnologia, como os lasers, que estão presentes na vida cotidiana, ou nas reportagens em televisão. As pessoas estão desarmadas para essas questões.

JU - Sendo os canais de rádio e de televisão concessões públicas, qual a possibilidade da SBPC fazer uso desses meios?

Candotti - Temos feito isso na medida



"Estamos numa fase de transição, em que o novo ainda não nasceu e o velho custa a morrer. Imagino que viveremos os próximos tempos tomando grandes decisões."

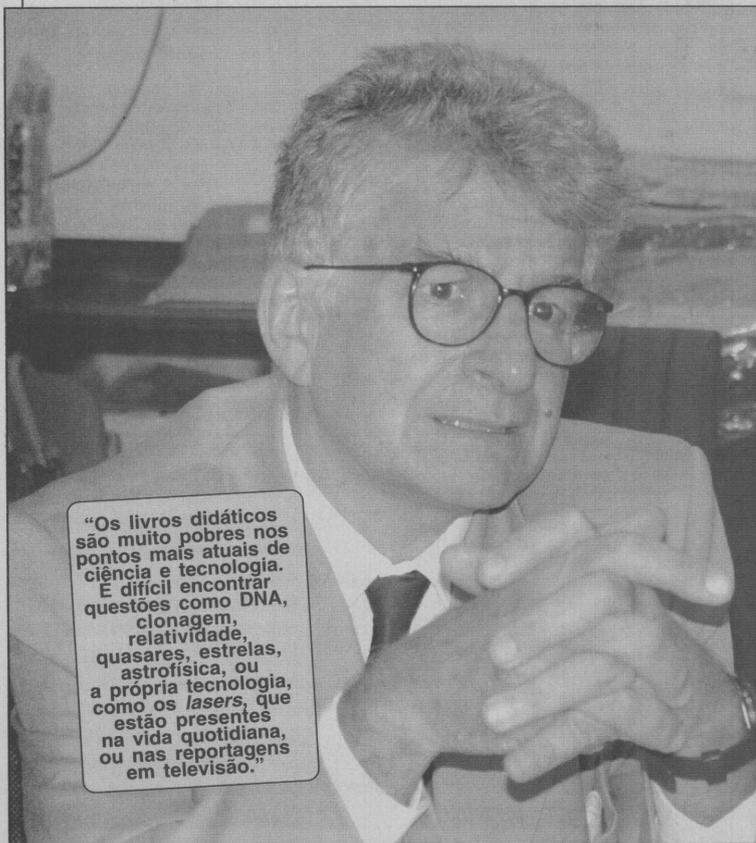
das nossas forças, mas poderíamos fazer muito mais. Há uma demanda grande de participação na popularização da ciência. Mas todos os programas de televisão são caros. Então se torna difícil. Fazer propostas é fácil, dizer que quer participar também. Mas depois, a produção técnica é dispendiosa e, pior ainda, encontrar patrocinador. Os patrocinadores ainda não descobriram a ciência como bom veículo. Ela dá prestígio, mas pelo jeito não é um bom veículo publicitário. Acredito que há flutuações, altos e baixos, há muito a se fazer. Ainda há muito pouca gente que se preocupa com divulgação científica. Mesmo há 20 anos atrás quando começamos a *Ciência Hoje* na SBPC, todos os divulgadores de ciência cabiam numa kombi. Hoje, cabem num ônibus. Mas ainda não cabem num trem.

JU - Também em entrevista, o senhor disse que a "ciência dos últimos 50 anos não está presente no ensino". Esta defasagem, que tem início já nos cursos médios, não deveria começar por uma melhor formação dos professores, por um reordenamento de prioridades e de currículos e por um maior tempo de ensino prático?

Candotti - A ciência nos últimos 50 anos não está nos livros textos. Eu acho que é uma culpa nossa, da academia. Dedicamos pouco a isso. E aí sentimos falta do apoio da sociedade nas atividades de ciência e tecnologia. Essa aproximação com a sociedade, a meu ver, se dá pela escola, principalmente pelo ensino médio. Se nós dedicássemos um pouco mais de atenção ao ensino médio, provavelmente as atividades de ciência e tecnologia estariam mais presentes, seriam mais familiares na vida cotidiana, e teríamos melhores chances de negociação para o progresso da ciência e desenvolvimento científico, tanto junto aos políticos como com a própria sociedade.



"E na popularização da ciência é que está o grande desafio da SBPC: fazer que conhecimentos não sejam vistos com temor, mas com admiração, que sejam lidos e vividos com confiança."



"Os livros didáticos são muito pobres nos pontos mais atuais de ciência e tecnologia. É difícil encontrar questões como DNA, clonagem, relatividade, quasares, estrelas, astrofísica, ou a própria tecnologia, como os lasers, que estão presentes na vida cotidiana, ou nas reportagens em televisão."

Campus do Vale tem uma unidade de conservação

●CARLA FELTEN
Jornalista

Um passo importante foi dado pela UFRGS para que um paraíso ecológico chamado Morro Santana, que abriga uma das maiores coberturas florestais de Porto Alegre, se torne, em breve, uma Unidade de Conservação (UC). Dos dois mil hectares do morro, 630 pertencem à Universidade. É onde está o Campus do Vale.

Aprovado pelo Conselho Universitário (Consun), em maio, o projeto da UC aguarda apenas a conclusão do Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) do Campus do Vale, pela Faculdade de Arquitetura e Centro de Ecologia, para a demarcação dos limites. Depois disso, é só aguardar o parecer final do Ibama, em Brasília, e concretizar um antigo sonho de professores e estudantes.

Cerca de 400 hectares estarão destinados à UC. Por iniciativa da Universidade, decidiu-se, no final de 2003, que os 600 hectares do Campus do Vale seriam submetidos a um EVU, com a intenção de se fazer um planejamento global, aliando o regime urbanístico à preservação do meio ambiente. "A Universidade está dando um exemplo de responsabilidade. De um lado, mostrando aos futuros profissionais como se deve agir. De outro, "fazendo o seu dever de casa", diz, satisfeito, o professor do Departamento de Ecologia Heinrich Hasenack.

Os professores e pesquisadores de diferentes departamentos, como Arquitetura, Engenharia Civil e Ecologia vêm se empenhando para atender a dois requisitos: urbanismo e ecologia. A definição do EVU estabelecerá o regime urbanístico e um plano diretor de ocupação nas áreas, determinando onde se pode ou não construir. Será priorizada a construção em áreas planas, buscando-se impacto ambiental zero. O plano diretor, que ainda passará por uma discussão no Consun, deverá levar em consideração a ocupação do Morro da Companhia, do Patronato, do setor oriental do Anel Viário e da área hoje ocupada pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH). "Este plano global será um legado para as futuras gerações, porque vai dar uma idéia do todo e das suas partes", comemora Hasenack.

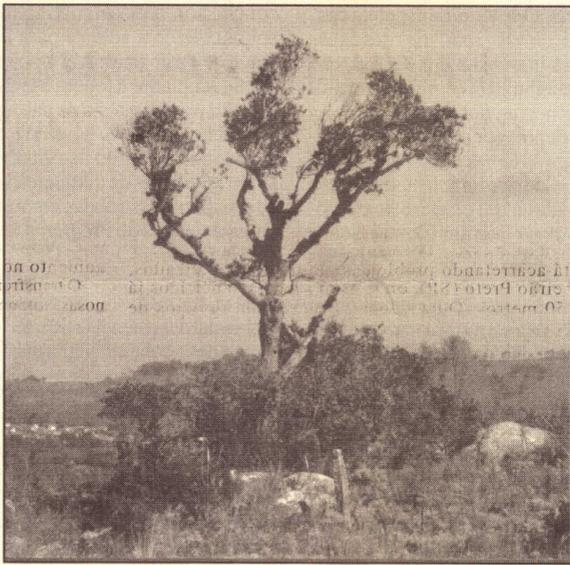
Dividindo a mesma opinião, o professor da Faculdade de Arquitetura e coordenador da equipe multidisciplinar do EVU, Benamy Turkienicz, diz que o projeto representa um enorme ganho para o futuro da Universidade e da cidade de Porto Alegre: "O investimento que será feito vai levar em conta, inclusive, a qualificação e a melhoria do ambiente natural."

Na sua opinião, a reserva terá um impacto fantástico sobre a disponibilização de uma área verde para a cidade, por se tratar de um verdadeiro pulmão entre duas zonas já bastante adensadas, no caso, Porto Alegre e Viamão. De fato, o morro oferece à população um cenário encantador. Com seus 311 metros, é o ponto mais alto da capital e oferece a visão de uma bela paisagem, com o lago Guaíba ao fundo. Ao longo das 27 trilhas, encontram-se pelo caminho bromélias, orquídeas, samambaias e diferentes espécies de fungos. E não é só. Campos e formações florestais, chamadas de mata alta, são um espetáculo à parte. Além disso, duas cachoeiras culminam um *show* da natureza, com a queda de águas cristalinas.

CATEGORIAS

Existem vários tipos de unidades de conservação, como por exemplo, parques, reservas ou estações ecológicas. E cada tipo se destina a um fim. Todas essas unidades devem ter um plano de manejo, o que define os diferentes tipos de uso e destina também áreas a cada um deles.

A proposta batizada, em 2003 como Refúgio da Vida Silvestre, o Morro Santana será aberto à visitação pública de acordo com as normas e restrições do Plano de Manejo – próximo passo a ser elaborado por uma comissão formada por representantes do Instituto de Biociências e pelo Grupo Interdisciplinar de Gestão Ambiental (GIGA) – ou do órgão administrador. Nas áreas particulares, poderão ser criados animais domésticos e cultiva-



das plantas compatíveis com as finalidades da UC, também previstas no Plano de Manejo.

As reuniões entre o grupo, que conta hoje com 12 representantes, são mensais. Destacam-se representações dos departamentos de Botânica, Zoologia, Ecologia, Biotecnologia e Genética. "Com o Plano de Manejo, poderemos definir os espaços de uso: trilhas, pesquisas, preservação permanente, visitação, infra-estrutura, tudo feito de modo bastante seguro. Este é o fundamento da Ecologia de Paisagem", diz a professora do Departamento de Ecologia, Maria Luiza Porto. A designação da categoria da Unidade contou com o auxílio do Ministério Público e da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM).

O fato do Morro Santana ser declarado UC não vai significar perda de patrimônio pela UFRGS, porque a área já está definida como preservação permanente. Além de não perder patrimônio, a UFRGS terá vantagens quanto à captação, pela Unidade de Conservação, de recursos provenientes de financiadores nacionais e internacionais. Com a criação da UC e sua inclusão no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), será possível o recebimento de incentivos e isenções fiscais previstos em lei. A previsão, segundo a professora do Departamento de Ecologia Teresinha Guerra, é de que em 2005 o Refúgio já faça parte do SNUC. Além dessas vantagens, a futura unidade possibilitará o desenvolvimento de programas em pesquisas científicas e extensão universitária – trilhas para educação ambiental, cursos de formação para educação ambiental e para condutores de ecoturismo. "O mais inédito na criação desta UC é que se buscou uma área de preservação junto a um Campus", lembra o estudante da Pós-graduação de Ecologia Eduardo Dias Forneck. "Isso é uma coisa nova no país. Não temos o conhecimento que outra universidade tenha tomado essa iniciativa", conta Teresinha. Segundo a professora, com a UC estudantes e professores ganharão em conhecimento, porque se terá à mão um rico laboratório natural, onde serão intensificadas pesquisas e aulas práticas, tudo com maior facilidade de acesso.

A urgência com que se buscou transformar o morro em Refúgio se justifica. O rápido e desordenado crescimento urbano vem contribuindo, ao longo dos anos, para a extensão das vilas Santa Isabel, Jary, Safira e IPE. Em muitos casos, as terras são invadidas e ruas são abertas para a locomoção dos moradores. A extração de madeira e caça, ambas ilegais, são mais um problema a ser levado em conta, porque causam desequilíbrio ecológico dos ecossistemas associados ao morro.

A fauna também se ressentiu e está ameaçada. Hoje, vivem no morro os mãos-peladas, tatus, graxains, ouriços caixeiros, lagartos-verdes, preás e uma infinidade de espécies de pássaros. Quem passa por ali também deixa lixo no local ou ainda, faz coleta de plantas ameaçadas de extinção, como as orquídeas. Outro problema grave é a prática de *cross* entre as trilhas. Os estreitos caminhos de chão batido sofrem com o impacto ambiental nos finais de semana.

Mudar a mentalidade dos vizinhos e dos visitantes é mais um desafio para a Universidade. O objetivo do grupo é fazer com que a população interaja com a reserva, tornando-a agente de preservação e de conservação da área num futuro próximo. "Eles entenderão o porquê e qual a importância desse espaço. O distanciamento entre reserva e população sempre foi o grande problema enfrentado em todas as unidades de conservação do Estado e do país", adverte Maria Luiza. Para que a conscientização se concretize, a comissão vem fazendo palestras em parceria com um grupo de escoteiros, nas escolas e associações de moradores no entorno do Morro Santana. "Falar de uma área ilhada pela malha urbana é falar de conflitos", adverte Forneck.

Pensando em minimizar esses conflitos, a comissão planeja, além da elaboração de um plano de manejo participativo, trazer os moradores do entorno do morro para trabalhar junto na UC como guias parque, no ecoturismo ou participando de oficinas. "As pessoas precisam ser sensibilizadas e esclarecidas para isso. É nada mais do que um contato direto, através de palestras e de uma educação ambiental vivenciada", avalia Maria Luiza.

Transformar esse espaço em uma reserva ecológica é uma idéia antiga, que começou em 1989, por iniciativa do então reitor Gehard Jacob e do vice-reitor Tuikson Dick. Uma comissão chegou a ser formada, mas o projeto não foi adiante. Em 1991, as professoras Maria Luiza e Teresinha Guerra, do Departamento de Ecologia, decidiram reabrir o assunto. Até 1998, uma série de providências foi tomada com a intenção de implantar a Reserva do Morro Santana. O projeto ficou estacionado até setembro de 2000, quando retomou o fôlego, por iniciativa de um grupo de pesquisadores e estudantes ligados ao Laboratório de Ecologia de Paisagem do Centro de Ecologia, sobre a coordenação da professora Maria Luiza Porto.

Em 2001, um abaixo-assinado promovido pelo Diretório Acadêmico do Instituto de Biociências (DAIB), Instituto Gaúcho de Pesquisas Ambientais (INGA), Projeto Macacos Urbanos, Ação Nascente Maquiné (Anama) e Comissão de Luta pela Efetivação do Parque Estadual de Itapuá (Clepei), reuniu 1.100 assinaturas. Os nomes foram anexados a uma carta elaborada pelo grupo de voluntários e entregues à reitora Wraha Maria Panizzi.

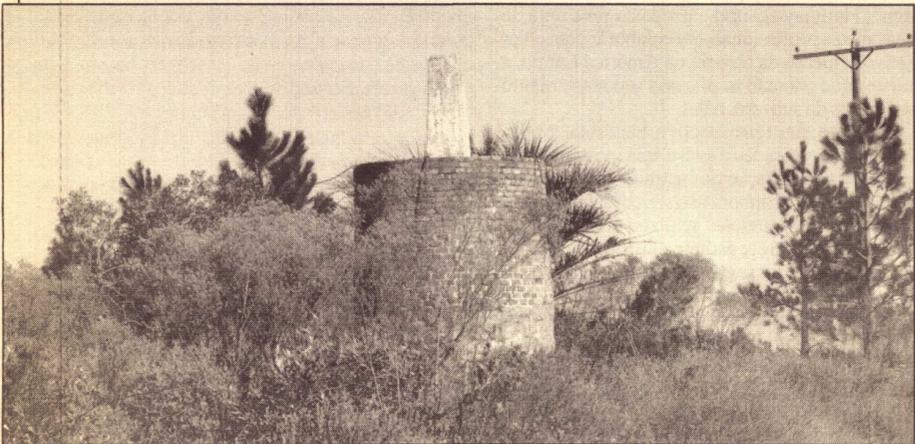
De lá para cá, os trabalhos se intensificaram. As escrituras das terras foram recuperadas e toda a legislação vigente foi anexada ao dossiê Morro Santana. "Estamos todos muito felizes. Investimos num sonho, em tempo e em energia física. A iniciativa da Universidade em transformar o Morro Santana em uma UC é uma grande realização para todos os professores e estudantes que lutaram por essa causa", diz Maria Luiza.

HISTÓRIA

Além dos valores biológicos e paisagísticos, o Morro Santana representa uma importante página da história de Porto Alegre. No passado, estas terras foram habitadas pelos índios Guaruanis, que se dedicavam a pequenas lavouras, como as de mandioca e milho, pesca, caça e criação de alguns animais. Em 1740, a área deste morro, a sesmaria Estância Senhora da Sant'Ana, foi concedida a Jerônimo de Omellas Menezes e Vasconcelos. O fato é considerado por alguns autores como marco do povoamento de Porto Alegre.

Neste mesmo século, a sede de uma das chácaras conhecida como Casa Branca, sub-divisão da sesmaria original, foi palco de outro momento histórico: nela se reuniram os líderes farrapos para planejar estratégias do seu movimento de independência. Mais tarde, o mesmo local foi utilizado para reuniões do grupo que se opunha aos métodos ditatoriais do líder positivista Júlio de Castilhos.

Desde sua ocupação inicial, no século XVII, como morada do primeiro sesmeiro de Porto Alegre, Jerônimo de Omellas, até o final do século XIX e começo do XX, algumas áreas de matas existentes no morro foram parcialmente devastadas.



CAMPUS

Núcleo da UFRGS finaliza casa popular sustentável

O Núcleo Orientado à Inovação na Edificação (Norie), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil da UFRGS, está finalizando o protótipo de uma casa popular sustentável. Localizada no Campus do Vale, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a casa de 46 metros quadrados (dois quartos, sala, cozinha e banheiro) foi planejada levando em conta conceitos de sustentabilidade e padrão de qualidade superior ao normalmente encontrado em moradias populares. O protótipo está sendo construído com recursos da Caixa Econômica Federal e do Programa de Tecnologia de Habitação (Habitare), financiado pela Finep.

A pequena casa está permitindo o estudo, o projeto e a aplicação de técnicas construtivas em que as condições ecológicas e bioclimáticas são prioridade. Não deixa de considerar, no entanto, questões de custo. Em termos de arquitetura bioclimática, por exemplo, a construção aproveita estudos de orientação solar e dos ventos para beneficiar o conforto térmico. A parte externa da casa conta com pergolados, que são estruturas de madeira usadas para dar suporte às espécies vegetais caducifólias, que perdem as folhas no inverno, propiciando maior entrada da radiação solar, e estão com folhas no verão, criando um ambiente sombreado. O teto possui forro duplo para manter o calor no inverno, com circulação de ar para auxiliar o resfriamento do telhado no verão.

A proposta também inclui soluções simples, como a utilização de fogão a lenha para cozinhar e ao mesmo tempo aquecer o ambiente e água em dias frios. Além de buscarem a redução no consumo de energia, estes diferenciais colaboram com a melhoria da qualidade da habitação de interesse social. "As casas populares normais são incoerentes: elas são um forno no verão e uma geladeira no inverno. Isso é desumano", avalia o professor Miguel Aloysio Sattler, pesquisador da UFRGS integrado ao Programa de Tecnologia de Habitação (Habitare) e coordenador do projeto que está permitindo a construção do protótipo.

O referencial teórico usado na concepção do projeto também leva em conta conceitos da permacultura, que busca uma integração harmoniosa e sustentável entre o ambiente, as pessoas e suas necessidades de habitação, alimentação e energia, entre outras. Dentro desse princípio, o material escolhido foi o tijolo de cerâmica, produzido em praticamente todo o Rio Grande do Sul. "O ideal em uma construção que busca ser sustentável é a utilização de materiais locais, que não exijam grandes distâncias de transporte e que gerem empregos e renda no local na construção", explica o professor Sattler.

Todas as esquadrias de portas e janelas são de eucalipto, tratadas com produtos não tóxicos. Foi utilizado para prevenir o ataque de cupins um produto a base de óleos essenciais extraídos de plantas da Amazônia. Para proteção contra a umidade, foi usado óleo de linhaça cozido, cuja eficiência está sendo estudada em uma tese de doutorado em realização no Norie. Na linha de reaproveitamento de materiais, dentro do forro há uma lâmina refletora de alumínio,



reciclando chapas de fotolitos, que funciona como uma barreira à passagem de calor.

O protótipo está sendo equipado com coletores de água da chuva para utilização no vaso sanitário e irrigação do jardim. Um sistema de tratamento de esgotos também está em implantação no próprio local. O sistema de esgotos separa as águas negras (do vaso sanitário) das águas cinzas (as demais águas residuárias geradas na construção). Cada uma delas é tratada separadamente. As águas negras, por exemplo, passam por um digestor e depois por um filtro anaeróbico. Então se juntam às águas cinzas que passarão por uma caixa de gordura. Em seguida as águas são conduzidas a um canteiro de evapotranspiração, composto por um filtro de solo e agregados miúdos, sobre o qual são cultivadas plantas. As raízes dessas plantas buscam os nutrientes necessários à vegetação no afluente ao canteiro e, com isso, depuram ainda mais as águas originalmente negras. Finalmente, o efluente do canteiro é conduzido a um pequeno espelho d'água, onde plantas aquáticas fazem o polimento final das águas residuárias.

Ainda estão por ser executadas as instalações de água quente (do coletor solar e as ligadas ao fogão à lenha) e fria, com os respectivos equipamentos (chuveiro, bacia sanitária, tanque de lavar roupa, pia da cozinha). O pé-direito elevado do protótipo também permitirá a construção de dois 'mezaninos', um na sala e outro no dormitório voltado para Norte, cada um com aproximadamente 8 metros quadrados. Estas extensões serão iluminadas e ventiladas pelas janelas superiores, existentes na fachada Norte do protótipo.

O coordenador do projeto, Miguel Sattler, acredita que os componentes da casa criam um novo paradigma para a habitação popular.

A continuidade do projeto contempla o monitoramento do desempenho térmico do protótipo (projeto financiado pelo CNPq, em fase de conclusão), o desenvolvimento de pesquisas sobre coletores solares para aquecimento de água, de custo acessível à população de baixa renda, acoplados a fogões a lenha. Também está prevista a implantação de paisagismo produtivo nas áreas próximas à edificação. Todos estes projetos estão sendo desenvolvidos como parte das atividades de dissertação de mestrado, ou de disciplinas associadas a temas de sustentabilidade, de alunos do Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil da UFRGS. Entre as pesquisas de mestrado já concluídas estão dissertações relacionadas à determinação do impacto ambiental de materiais cerâmicos, utilizados para as paredes e cobertura; à captação e usos de água da chuva; esquadrias de madeiras de reflorestamento, sistema de tratamento de esgotos alternativo proposto para a construção.

Segundo Sattler, a adoção de pelo menos alguns dos princípios que estão sendo demonstrados no protótipo já ajudaria na melhoria da habitação popular. "Não só da habitação em si, mas na conscientização sobre a necessidade de preservação do meio ambiente, no estímulo à produção local de alimentos, a projetos cooperativos de construção apoiados por sistemas de auto-gestão ou autoconstrução e na geração de empregos nos locais de produção das construções", ressalta.

Criado na UFRGS
o Instituto de
Patrimônio Histórico

Em reunião realizada no dia cinco de maio o Conselho Universitário (Consun) aprovou no mérito a criação do Instituto de Patrimônio Histórico-Cultural IpaHC/UFRGS, como órgão complementar da universidade. Agora, a Comissão de Legislação e Regimento do Conselho elaborará parecer visando a alteração do artigo 39 do regimento geral da UFRGS, em que estão listados os órgãos suplementares. A finalização do processo está prevista para o primeiro semestre deste ano com a análise e aprovação da alteração regimental pelo plenário do Conselho Universitário.

Com este reconhecimento, o novo instituto da UFRGS terá mais responsabilidade e respaldo junto ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão fiscalizador do Ministério da Cultura, para cumprir seu papel de preservar os bens culturais tangíveis representativos da história e memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sejam eles bens móveis ou imóveis, em qualquer um dos campi. Este trabalho proporciona um retorno social à comunidade através dos investimentos aplicados. Entre as ações que representam indicadores na preservação dos bens móveis e imóveis tanto no valor cultural quanto no valor econômico, com retorno dos investimentos realizados à comunidade, podem ser citadas as seguintes: preservar as culturas regional e nacional; estimular a cidadania; fomentar o turismo, uma vez que os prédios históricos da UFRGS fazem parte do roteiro político de Porto Alegre; criar uma consciência crítica a respeito dos valores históricos e artísticos do patrimônio cultural da UFRGS; aumentar a auto-estima do corpo docente, discente e técnico-administrativo da universidade, com a melhoria dos espaços físicos e valorização do significado histórico das edificações; recuperar as técnicas construtivas tradicionais evitando que se percam por alterações inadequadas; controlar a deterioração das edificações para evitar custos; melhorar a infra-estrutura dos prédios, possibilitando maior rendimento e produtividade no ensino e na pesquisa; reabilitar o Campus Centro para oportunizar o aproveitamento acadêmico e social das suas construções melhorando, assim, a imagem urbana.

Até então, as atividades deste setor eram desenvolvidas pela Secretaria de Patrimônio Histórico, criada em 2000 com o objetivo principal de recuperar os prédios históricos da universidade. Segue na coordenação do Instituto o até então secretário de Patrimônio Histórico, professor Christoph Bernasiuk. Segundo ele, com a transformação da secretaria em instituto fica garantida a preservação da história da universidade, uma vez que uma secretaria pode ser extinta conforme os objetivos do novo reitor que assume.

A Secretaria de Patrimônio Histórico tem como saldo a restauração completa de três dos 12 prédios previstos para preservação: a Rádio da Universidade, o Observatório e Cortumes e Tanantes. Outros cinco estão em obras: Direito, Châteaux, Castelinho, Escola de Engenharia e Agronomia. Os demais prédios que serão restaurados são: Faculdade de Medicina, Instituto Eletrotécnico, Instituto de Química e Instituto Parobé. Todos são considerados integrantes do patrimônio cultural do Estado, segundo a lei 11.525 de 15 de setembro de 2002. O Observatório Astronômico e o Direito foram tombados como patrimônio histórico nacional.

Emoção na cerimônia dos 50 anos de pesquisa em Fisiologia

Os 50 anos de pesquisa em Fisiologia da UFRGS, comemorados este ano, registram não só o pioneirismo mas o empenho de toda uma vida profissional de muitos especialistas da universidade. Na cerimônia comemorativa, que contou com a presença da reitora Wriana Maria Panizzi, realizada dia 16 de abril, no Salão Nobre do antigo prédio da Faculdade de Medicina, a professora emérita Maria Marques proferiu palestra principal do evento, resgatando a história da pesquisa em fisiologia na UFRGS. Emocionada, ela falou a uma plateia repleta, onde jovens de brinco e homens calvos de terno e gravata davam a dimensão dos 50 anos de dinamismo daqueles que se dedicam à pesquisa em fisiologia na Universidade.

O COMEÇO

A pesquisa em Fisiologia na UFRGS teve inf-

no então Instituto de Fisiologia Experimental, embrião do antigo Departamento de Fisiologia, de Farmacologia e Biofísica e atual Departamento de Fisiologia da Universidade. Três anos antes, haviam sido criados o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Esta proximidade de inaugurações, segundo Eduardo Moacyr Krieger, presidente da Academia Brasileira de Ciências, evidencia o pioneirismo do Estado na produção de Ciência no Brasil, já que o Instituto foi um dos primeiros no País. Para Krieger, essa vanguarda deve-se ao fato do entusiasmo do então catedrático de fisiologia da UFRGS, professor Pery Riet Correa. Em sua retrospectiva histórica, Maria Marques salientou o quanto Riet Correa era interessado por

pesquisa e pela vida acadêmica. Formado em Medicina, depois de doutorar-se, cursou História Natural, para melhor desenvolver sua atividade docente.

Outra circunstância que determinou a criação do Instituto na UFRGS, foi o fator geográfico. Porto Alegre era o centro universitário brasileiro mais próximo da Argentina, onde Bernardo Houssay (Nobel em Ciências/1947) montou o Instituto de Biologia y Medicina Experimental, que até hoje exerce sua influência e tem ramificações em muitos países da América Latina. Como, para o Brasil, seria muito importante a colaboração de Houssay, Rubens Maciel, colaborador do diretor da Capes na época, Anísio Teixeira, e amigo de um dos professores que trabalhavam com Houssay, Eduardo Braun-Mendes, pediu que este intercedesse a favor do projeto ainda embrionário. Embora defendesse a ideia de que "a ciência não tem pátria, mas o cientista tem", Houssay aceitou a proposta pois uma de suas metas profissionais era colaborar com o desenvolvimento da ciência na América Latina, a menos que isto não implicasse seu afastamento definitivo de sua terra natal.

Durante sua retrospectiva histórica, Maria Marques surpreendeu a assistência mostrando um vídeo da inauguração do Instituto de Fisiologia Experimental. "Embora não sendo historiadora", brincou com os ouvintes, realizou diferentes rastreamentos para reconstituir a história do Instituto. Na foto do dia seguinte à inauguração, também projetada em tela, aparecem figuras que marcaram os primeiros anos do Instituto: Bernardo Houssay, Pery Riet Correa, Jânio Domingues, Mozart Pereira Soares, Edgar Mário Wagner, Sueli Vieira de Castro, Alda Brito, Julieta Müller, Marcelo Barros, Leonardo Schffino, Joaquim Osório, Levy Albuquerque.

RICARDO DE ANDRADE



Em dia com Alcides Maya

●LÉA MASINA

Crítica literária e professora
do Instituto de Letras

Em setembro, se completarão 60 anos da morte do escritor, um dos fundadores do regionalismo gaúcho, que tem sua obra reeditada pela Movimento



Maya nasceu em 1878 e morreu em 1944

A reedição de *Ruínas Vivas* (1910) e *Tapera* (1911), de Alcides Maya, quase um século depois de sua publicação, supre uma lacuna importante nas letras gaúchas. Juntamente com a obra de Simões Lopes Neto, a de Maya delinea a cartografia do pampa, descreve o espaço geográfico e o homem da campanha gaúcha, pontuando alguns temas que serão permanentes ao longo do século 20. Dentre esses, por sua atualidade, destacam-se a violência no campo e a marginalização do gaúcho, temas que mais tarde serão acolhidos e desenvolvidos por alguns dos escritores mais representativos da literatura gaúcha, entre eles Cyro Martins, Tabajara Ruas e Sergio Faraco.

Esse registro crítico já seria suficiente para justificar a reedição da obra de Maya. Porém, a longa espera dos leitores é ainda recompensada por uma edição cuidadosa dos livros, preparada pelo crítico literário e editor Carlos Jorge Appel, que introduz *Ruínas Vivas* com prefácio de Cyro Martins, e *Tapera* com o antológico ensaio em que Augusto Meyer insiste na necessidade de ler a obra de Maya. Já *Alma Bárbara*, último livro de contos do escritor (1922), também reeditado pela Movimento, com apoio do Curso Universitário compõe-se de contos nostálgicos, de extração regional e urbana. Esses últimos textos, menos carregados quanto ao léxico e aos preciosismos vocabulares, recuperam um tempo que poderia ser idílico, não fosse a lucidez com que Maya registra o sofrimento dos pobres da campanha.

Nos anos 70, ao examinar, em aula, o regionalismo na literatura, Guilhermino Cesar imaginava a reação dos leitores de então, se lhes fosse dado ler *Ruínas Vivas* e, sobretudo, *Tapera*, longe das motivações históricas e sociais de fins do século 19 e primeiras décadas do 20. A questão só pode ser respondida agora, eis que os livros de Maya foram, por longo tempo, relegados ao esquecimento.

Foi, portanto, com interesse que reli o romance e os livros de contos, reavivando um diálogo enriquecido pelos anos e estimulado pela fortuna crítica das obras. (Cabe, aqui, um

parêntese para lembrar Mozart Pereira Soares, leitor e profundo conhecedor da literatura gaúcha, que viu em Maya um escritor essencial para a definição dos rumos da nossa cultura. Mozart Soares é, sem dúvida, herdeiro de Maya, com quem se identifica na visão poética de sua *Pastoral Missioneira*, e também ao transportar para a ficção, em *Alecrim e Manjerona* (2000) as revoluções de 1983 e de 1923.)

Assim, relendo os textos de Maya, neles se identifica o vigor formal que existe, por exemplo, em *Euclides da Cunha* ou em *Coelho Neto*. A linguagem de Maya, pedra de toque em que se baseou o modernismo para tachar suas obras de conservadoras, desafia o crítico a considerar sua contribuição para expressar, pela grandiloquência do verbo, um sentimento de grandeza ameaçada, de vigor reprimido, sentimentos emanados da violenta convulsão social que fora a Revolução de 1893 para os habitantes da campanha sul-rio-grandense. Ao ler mais uma vez os contos de *Tapera*, neles identificam-se a proliferação e o desdobramento das frases longas e dos períodos opulentos, com suas ressonâncias épicas, perpassados sempre pela compaixão para com os pobres e os desvalidos. Suas frases e períodos são matizados por expressões de época, vertidos num vocabulário rebuscado e erudito, feito de palavras hoje em desuso, o que obrigou Carlos Appel, nas reedições, a anotar-lhes o significado em notas de rodapé. Mas, se for possível abstrair o sentido literal das palavras, ainda assim

percebe-se a impetuosidade das frases, suas linhas melódicas que inundam o texto de verde, de pó e de sangue. Uma campanha ensangüentada e dividida desdobra-se em contos de temática variada: do guri que, num arroubo épico, lança-se sobre a linha inimiga da trincheira, até os irmãos inimigos que se defrontam na peleia, tudo converge para compor um mundo agônico. A nostalgia, tantas vezes apontada pela crítica como um dos pecados mortais do autor, é quase nada se comparada ao retrato das ruínas da guerra e das ruínas humanas com que o leitor de hoje ainda se depara, comovido.

Com o intento de recuperar a *insight* de uma primeira leitura, logo adentrei uma região sonora, visual, olfativa que evocava o peso de uma ancestralidade a propagar-se do espaço às personagens. Mas essas não se apegam ou tornam-se estáticas pela contaminação da paisagem. Pelo contrário, são elas que impressionam o leitor e engrandecem os livros. Maya captou a psicologia do gaúcho antigo, articulando detalhes, hábitos, circunstâncias num

estilo caudaloso e fecundo. Ele escreveu do seu modo, como um acadêmico e um escritor do seu tempo. Sua obra ficcional constrói-se de textos que referenciam a realidade, espelhando fatos, de guerras fronteiriças, criando legendas heróicas que, queiramos ou não, continuam vivas em nossa memória mítica. São as histórias do bandido bom, da prostituta infeliz e pura, casos de crueldade e vingança, de perdas e saudade, paixão e morte. Como disse Décio Freitas, a mitologia é a história narrada pelo povo.

Lendo contos, tais como *“Chinoca”* ou *“Por vingança”*, de *Tapera*, o leitor se deixa envolver pela força ontológica das personagens. As nuances psicológicas da mulher, que trai o amante, entregando-o ao inimigo, são sintomáticas da percepção de Maya sobre os efeitos devastadores das guerras e sua ação sobre os sentimentos de homens e mulheres da campanha. Em *“Por vingança”*, o escritor desvenda a alma de um homem de bem, um trabalhador do campo, submetido à força do mandonismo político local. Em *“Inimigos”* há uma luta fratricida, alimentada pelo fragor político dos embates. Em *“Estaqueado”*, a campanha se apresenta conspurcada pelo cheiro das carniças, o cheiro acre de sangue, e pela rudeza dos saques. Nesse conto, de modo especial, Maya narra os horrores do pós-guerra, quando os gaúchos, derrotados, *“extraviavam-se (...) pelas veredas e encruzilhadas da linha”*. Esse sentimento de derrota não é apenas o registro de um dano moral impingido por uma facção política sobre outra. A derrota dos federalistas de 1893 se expressa, nos

contos de Maya, pela devastação do espaço: tapeiras, ruínas vivas, desolação e morte. Numa época em que a literatura produzida nos centros hegemônicos do país era acolhida como o “sorriso da sociedade”, a obra ficcional de Alcides Maya mereceu sua repercussão imediata. Outro será o quadro quando o Modernismo, paradoxalmente, irá impor novos padrões estéticos fundados nas soluções formais, condenando a um segundo plano os escritores que se mantinham fiéis ao modelo realista de contar histórias.

Alcides Maya não se limitou, em seus textos ficcionais, a registrar ou a documentar questões regionais, embora os usos e costumes do *terruño* façam parte de seu universo. Leitor de Machado de Assis, sobre o qual escreveu um competente ensaio – *“Algumas Notas sobre o Humor”* – Maya soube perceber e narrar os sentimentos individuais e coletivos que tumultuavam o Rio Grande do Sul no entremear das guerras. Além da denúncia da exclusão social, do êxodo rural, da injustiça contra os pobres, da prepotência dos mandatários locais, Maya percebeu o sofrimento das pessoas, arruinadas e miseráveis, privadas da dignidade, como a pobre Chinoca, deixada ao desamparo com a morte do pai, *“um valente guerreiro morto em combate”*. A mitificação da honra gaudéria, que serviu de argumento à crítica modernista para condenar a idealização do gaúcho, empreendida por Maya e por outros regionalistas, pode ser hoje lida como o registro da perda gradual da dignidade, então o apanágio do homem do campo. Verdade ou imaginação, nesses textos narrados ressurgem vozes de outros tempos, vivas ainda no interior do Rio Grande do Sul, o que confirma o paradoxo de convivem, num mesmo tempo e espaço, a globalização e a lavoura arcaica.

Na obra ficcional de Alcides Maya coexistem diferentes modos de expressar os paradoxos do século cientificista e totalitário em que viveu. Concorram nesse sentido os modelos realistas que o então jovem escritor buscou na literatura europeia de Zola, Bourget e Eça, aliados aos laivos românticos de tudo quanto antes lera.

Os valores de Maya eram os de seu tempo, como também os eram os valores de Machado de Assis, Raul Pompéia, Coelho Neto e Euclides da Cunha. Não obstante, ele aprendera com Spencer que o escritor deveria ter uma função social. Desse modo, engajou-se ao projeto propedêutico e nacionalista da cultura brasileira, empenhando-se em registrar no mapa do Brasil uma região convulsionada e tensa, preterida pelos centros hegemônicos, submetida ao influxo constante da cultura platina.

Leitor dos uruguaios Acevedo Díaz e Javier de Viana, e de outros tantos argentinos, como Horacio Quiroga e Ricardo Güiraldes, e próximo às mitologias fronteiriças, como o *Martín Fierro*, de Hernández, e *Facondo*, de Sarmiento, Alcides Maya manteve-se fiel aos seus princípios de escritor nacionalista. E esses são reverenciados em *Ruínas Vivas*, *Alma Bárbara*, e em cada conto de *Tapera*, quando o narrador registra, documenta e inventa imaginários regionais fortemente radicados em uma difusa consciência coletiva. Ao desencavar da história as carcaças deixadas ao sol da campanha e no centro dos desfiliadores pelas inúmeras revoluções, Maya não estava apenas relatando ficcionalmente episódios reais: ele estava escavando a consciência do homem degolador, estaqueador, violador, saqueador, tirano e cruel que existe em cada um de nós. Literatura catártica? Até pode ser.

Há alguns anos, em minha tese de doutoramento, levantei a hipótese de que havia, no romance e nos contos de Maya, uma expressão barroca modulada pela linguagem regional, com fortes laivos dialetais, típicos do linguajar da fronteira gaúcha. Essa linguagem procurava dar conta de uma violência interna, decorrente da tensão entre um substrato telúrico e rude da campanha e a cultura adquirida no convívio

apassionado do escritor com a Europa, em especial com as teorias evolucionistas e deterministas do cientificismo de oitocentos. Desse modo, o romance registraria os paradoxos sociais da época, através de uma forma rebuscada, muitas vezes em desacordo com a singeleza da matéria tratada. Mas agora, mesmo sem abrir mão das hipóteses iniciais, escolho o caminho simples da fruição e deixo-me levar pela força vital das personagens e dos tipos que proliferam na campanha. Criaturas de um mundo em dissolução, essas personagens eternizam no texto um universo afetivo aos poucos recuperado.

Há diversas maneiras de ler um livro. Se o leitor preferir o viés da reflexão e do pensamento, encontrará, em *Ruínas Vivas*, por exemplo, múltiplas possibilidades de estabelecer relações com a história do Rio Grande do Sul, a sociologia, a antropologia, a psicologia, a cultura letrada e a popular. Mas se ele estiver disposto a aventurar-se por veredas inventivas, há de encontrar Miguelito, o primeiro exemplo de um *gaúcho a pé*. Seu sofrimento pela perda da auto-estima e pela

bastardia, exemplificam a competência de do escritor para criar personagens complexas e surpreendentes. Vejam-se também os tipos secundários: Fulgêncio, Chico Santos, Jango Sousa, o Anilho, Silvério Rodrigues, a Carmem, a Ritoca. Elas surgem a todo momento nos *rancheros* das chinas, aos pés da casa grande; no *reuerdo* dos entreveros, que agitam o sono de um gaúcho moribundo; no ato simples de matar, à pata de cavalo, um passarinho implume, apenas “pra não pená”; nas conversas das “carreiras”, nos encontros nos boliches, nas vendas e nas *pulperias*, nas eleições “a cabresto”, na violência da faina diária das estâncias, com a marcação do gado, a castração, o trabalho rude de campear as reses mortas, recolhendo a courama fétida para o estaqueamento.

Se o mundo das *Ruínas Vivas* já não existe, se algum dia ele, de fato, existiu, isso não importa. Todos sabem que um romance se eterniza e se consagra pelo poder poético da palavra que cria a sua realidade. Mas, se quisermos elencar os motivos para ler Alcides Maya, fazendo coro às sugestões de Augusto Meyer e Cyro Martins, esses serão inúmeros. Além dos já apontados, sua obra reverte a visão tradicional do passado épico, apontando para o seu avesso. O gaúcho de Maya sofre a perda de um passado idealizado e mítico, intui as motivações advindas da industrialização e do capitalismo, do mesmo tempo que protagoniza um modo de vida que se extingue. E se a obra de Maya deu origem ao tradicionalismo, cultuado nos CTGs, isso ainda mais a justifica, pois contribui para acentuar as diferenças culturais do gaúcho com relação a outras culturas brasileiras e latino-americanas.

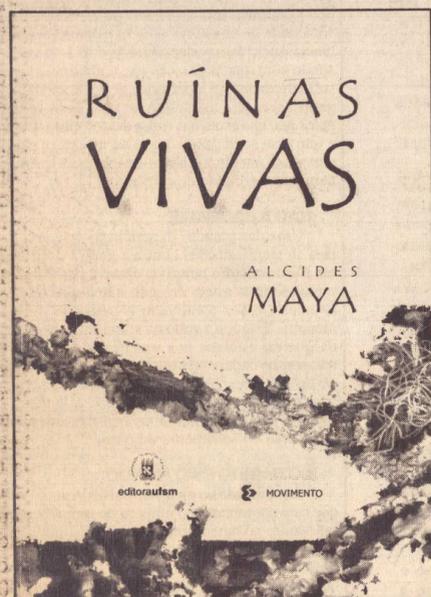
A leitura atual da obra de Maya aponta, necessariamente, para a questão das fronteiras, pela forte incidência de elementos da cultura platina. *Ruínas Vivas* registra e documenta processos de exclusão, avaliando as consequências da guerra na destruição do espaço regional. Nesse sentido, pouco importa saber se as personagens do romance espelham o “gaúcho tradicional” ou o “gaúcho verdadeiro”. O que interessa é o modo como o escritor registra, no romance, a agonia de um mundo em que a natureza determinava a origem e os pertencimentos. E de que modo narrou as tensões de fim do século, marcado pelos paradoxos de uma ciência explicativa, determinista e totalitária, em conflito com a intuição e o instinto entendidos como formas ancestrais de conhecimento.

Rompido o equilíbrio mítico, as personagens de Alcides Maya esquecem a graça dos fandangos, dos rodeios numerosos, a folgança das marcações, o tumulto das carreiras, o requebro das chimarritas e as antigas carreteadas da campanha, e defrontam-se com a dispersão e o êxodo, a transformação de um modo de vida que o escritor associa à *“tragédia de um fim coletivo”*.

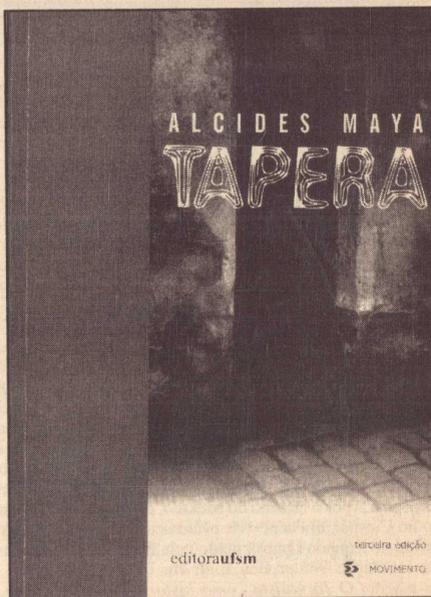
“A idealização do gaúcho empreendida pelo escritor pode ser lida hoje como o registro da perda gradual da dignidade, então o apanágio do homem do campo.”

“A nostalgia, apontada pela crítica como um de seus pecados mortais, é quase nada se comparada ao retrato das ruínas da guerra e das ruínas humanas.”

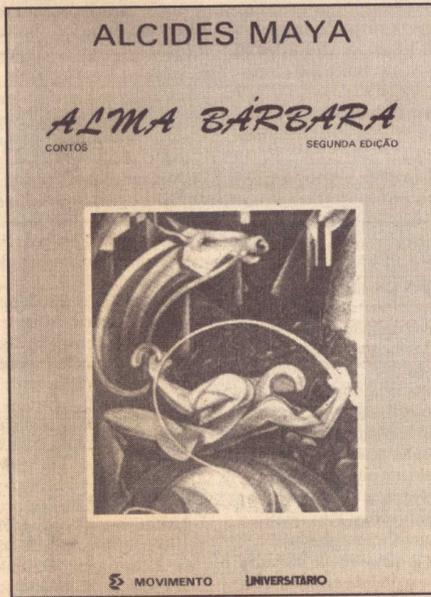
“O gaúcho de Maya sofre a perda de um passado idealizado e mítico, intui as mudanças vindas com a industrialização e protagoniza um modo de vida que se extingue.”



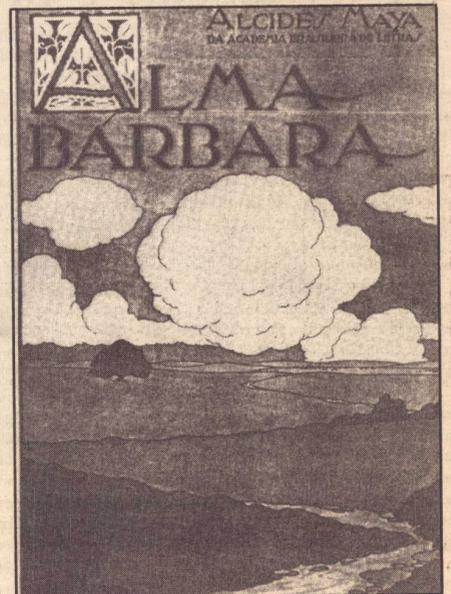
Capas das reedições de *Ruínas Vivas* (1910)...



...*Tapera* (1911)...



...e *Alma Bárbara* (1922)



Capa da primeira edição

Christa Berger, em busca da lucidez

●ADEAR VARGAS DE FREITAS
Jornalista

Ela se define como uma trabalhadora incansável, comprometida com a solidariedade, dedicada à família, aos amigos e à educação. Seu senso estético apurado a leva a usufruir as artes e a literatura, sem descuidar das coisas simples e belas que a rodeiam. Dispensa o luxo, mas curte uma casa bonita, quadros nas paredes, vasos de flores, folhagens e temperos plantados na sacada. Acima de tudo, é uma pessoa atenta ao que acontece no mundo, o que a faz descrever um pouco de uma saída para a humanidade.

Christa Berger vem de uma família de professores. O avô, alemão da Pomerânia, migrou para o Brasil e estabeleceu-se como professor no Espírito Santo, erguendo escolas junto a comunidades luteranas. O pai, Flôrencio Berger, veio estudar na Faculdade de Teologia em São Leopoldo. Acabou ficando no Rio Grande do Sul e tornou-se professor, diretor e fundador de escolas. Em Ijuí, conheceu Anália Vontobel, de uma família de comerciantes, dona-de-casa-alemã-perfeita, cozinheira, doceira e competente. Casou com ela, e tiveram cinco filhas e um filho. Ter visto o pai sempre tão valorizado deve ter influenciado a escolha profissional dos filhos. Christa, Beatriz e Heidi são professoras, Rose é assistente social, e Lizete é artista plástica e professora. Luiz Henrique, o caçula, é jornalista e coordena a Rádio da Unijuf.

O TREM QUE CHEGA

Christa nasceu em Ijuí em 16 de setembro de 1950. Em 1969, veio para Porto Alegre cursar o 3º ano do Clássico, no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, trazendo na bagagem a máxima tantas vezes repetida pelo pai: "Tudo te é permitido, mas nem tudo te convém". Veio de trem, dez horas de viagem. Era uma vitória poder vir para Porto Alegre, estudar no Julinho e ter a liberdade de escolher uma profissão. As gurias que ficavam, no máximo, iam tirar o Normal e ser professoras.

Na Casa da Estudante Evangélica, fez grandes e duradouras amizades, compartilhando utopias, compromissos sociais e descobertas amorosas. Acha que namorou bastante nessa fase, até conhecer Mark Kuschnick, que estudava Economia na UFRGS e atuava no

Diretório Acadêmico. Com ele, misturou amor e política, partilhou a fila do RU e as viagens de carona. Entre transgressões e concessões, foram achando um jeito de levar a vida: estão junto há 30 anos e têm dois filhos, Tiago e Mateus. "Não casamos: fomos morar juntos, em 1973, numa república. Mais tarde fizemos um registro civil, por causa dos filhos e para viajar."

CORRENDO RISCOS

Em 69/70 Christa pertenceu à categoria de simpatizante da organização clandestina VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). Datilografou e mimeografou textos de Carlos Lamarca, escondeu armas na *kitnet* onde morava, na rua José do Patrocínio, e abrigou militantes no desespero da perseguição. "Meu apartamento foi ponto após uma expropriação. No espírito da época, corri riscos, mas fui protegida pela vida."

Se não sofreu danos físicos nessa trajetória, acompanhou o sofrimento de alguns companheiros e viu coisas que a marcaram para sempre. "Ninguém me contou, eu vi o que o DOPS foi capaz de fazer com uma mulher presa: vi minha amiga Nilce Cardoso, hoje cidadã honorária de Porto Alegre, sair destroçada da prisão e acompanhei sua lenta recuperação."

Essa experiência foi acrescida, mais tarde, pelo que viu e ouviu de presos e familiares ao longo dos oito meses em que, todos os domingos, ia visitar um companheiro, Airon Burman, na Ilha do Presídio, no meio do Guaíba. "Presenciei o sofrimento de pessoas que visitavam filhos, maridos e irmãos, e as revistas constrangedoras a que as mulheres eram submetidas. Mas exercitei tam-



"Os livros estão para mim em primeiro lugar na hierarquia das coisas indispensáveis para viver e sobreviver."

bém formas criativas de fazer passar o livro e o vinho proibidos, substituindo capas e acrescentando mais vinho no sago."

SOCIOLOGIA E JORNALISMO

Christa começou a estudar Jornalismo na PUC em 1970. No ano seguinte, fez vestibular para Sociologia na UFRGS, passando a cursar as duas faculdades, sem deixar de trabalhar. E ainda achava tempo para fazer teatro. Trabalhou no departamento de pesquisa de Zero Hora, projeto coordenado por Helena Lemos, e na sucursal do Jornal do Brasil, de onde a editora Eunice Jacques a levou para estágio no Diário de Notícias e na Folha da Manhã.

Mas a experiência de ser jornalista numa época de repressão lhe pareceu frustrante. Jornalismo e ditadura não combinam. Além disso, havia uma coisa específica do Rio Grande do Sul, a falta de condições de se desenvolver como jornalista, o que supõe viagens, trabalho coletivo, bons projetos editoriais. "Não houve espaço para se fazer trabalho coletivo e grandes reportagens, embora houvesse mercado para quem se formava: a gente trabalhava desde o primeiro ano de faculdade."

VIDA MEXICANA

Em 1977 foi para o México, acompanhando o marido, que fazia mestrado em Economia do Setor Público, e com os dois filhos pequenos. Ler os jornais mexicanos e ter contato com o que se fazia na América Latina em matéria de política e de publicações foi algo impressionante para ela. E o fato de ter cursado Sociologia lhe permitiu entrar no mestrado em Estudos Latino-americanos na Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM).

Aí, criou outro círculo de relações fundamentais e para sempre, com pessoas que agora vivem em diversos países da América Latina e que estavam no México como exilados ou estudantes. "Essa foi a grande experiência de rompimento ou de contraponto com a minha educação alemã", conclui. Era o início dos anos 80, época da fundação do PT, fase final da ditadura e o começo da democratização do Brasil, quando os exilados começavam a se articular, pensando no retorno. "Entre os brasileiros no México estavam João Carlos Vasconcelos, João Pedro Stédile, Doris Breitman, César Buzatto, Clênia Maranhão, Rui Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotonio dos Santos, Severo Salles e uma comunidade importante de estudantes politicamente engajados. Alguns, inclusive, vinculados a organizações políti-

cas, ainda clandestinas, como o MR-8." Christa pensou: "Quando voltar, vou achar espaço numa editoria de internacional para escrever sobre política latino-americana". Achava-se preparada para interpretar os fatos da América Latina, pois desde o México, tinha acompanhado a revolução sandinista na Nicarágua, as discussões políticas dos exilados chilenos, argentinos e uruguaios, e pertencido ao movimento feminista.

Mas quando retornou, a Companhia Jornalística Caldas Júnior estava em profunda crise, a Folha da Manhã tinha fechado, e as amigas que estavam no mercado não viam possibilidade de trabalho para ela. Só se sabia de demissões, não de admissões, e tanto fazia ter mestrado ou qualificação adicional. A única oferta que recebeu foi para trabalhar com o colunista social Raymundo Gasparotto, na Folha da Tarde, um setor difícil para ela e incompatível com a carga de informações que havia acumulado. Além do mais, não tinha roupa adequada para trabalhar nessa área, nem conhecia as palavras certas para fazer uma nota social.

O que aconteceu depois a faz acreditar nessa coisa de destino. A única disciplina optativa que não havia feito durante o mestrado foi a de metodologia, a didática. Sempre dizia que nunca ia dar aulas. Não pensava em ser professora, talvez, até, por essa mystificação de família. Mas, ao sair da Caldas Júnior, preocupada e triste por não conseguir emprego, encontrou a professora Iara Bendati. "O quê? Tu tá voltando do México com mestrado pronto? Então, vai dar aula na PUC!" Christa desconversou: "Mas eu não sei dar aulas". "Claro que sim", insistiu Iara.

Pouco depois, o professor Antoninho Gonzales lhe diria uma frase que demonstra bem como os jornalistas da época encaixavam a formação acadêmica: "Tu vai dar certo dando aula, tu sempre gostou dessas frescuras de teoria." Christa acabou se convencendo, foi substituída por Luiz Carlos Merten na disciplina de Teoria da Comunicação, que estava recém começando. Havia retornado a Porto Alegre no dia 22 de julho de 1980; em agosto estava entrando em sala de aula pela primeira vez como professora.

"Comecei a dar aulas e gostei, realmente gostei. Eu tinha histórias para contar, e dar aula é contar histórias. Tinha estudado na UNAM, tinha conhecido os jornais de lá, tinha militado politicamente, tinha atuado no movimento feminista latino-americano, tinha sido jornalista aqui e lá. Aliava a experiência profissional com incursões teóricas, de esquerda, superatualizadas. E era jovem."

Pegando o mesmo trem

Christa se aposentou em novembro, mas continua trabalhando muito, inclusive em sala de aula, embora se sinta livre dos compromissos administrativos que emperravam sua vida pessoal: muita reunião, relatório, papel. "Não quero ficar parada na UFRGS. Tem que saber a hora de partir, de romper, de deixar o lugar para o próximo, de começar de novo. Isso é o início do meu desejo de ser lúcida. Saber a hora de chegar e a hora de partir."

Sua produção inclui dois livros e muitos artigos, pelo menos três por ano, publicados em revistas da área de comunicação ou da política. Ela tem participado de fóruns de discussão, como mídia e gênero, e de eventos internacionais, e diz que gostaria de ter escrito mais em revistas ou jornais, polemizando questões de comunicação.

Christa transformou em livro sua tese de doutorado na Escola de Comunicação da USP. *Campos em confronto: a terra e o texto* saiu em 1996 pela Editora da UFRGS. Em 2002, ela organizou um projeto de pesquisa que incluiu a organização do livro *O Jornalismo no cinema*, também pela Editora da UFRGS. Foi um trabalho coletivo com a colaboração de alunos da graduação, de alunos da pós-graduação e de outros jornalistas e professores.

Quando decidiu se aposentar, Christa pensou naquela música do Fernando Brant e do Milton Nascimento que diz que o trem que chega é o mesmo trem da partida. "Acho que peguei o mesmo trem, e até o mesmo vagão. Inclusive, abri espaço para quem está chegando agora e tenha um discurso mais apropriado para o jornalismo atual." Ela considera que mesmo aposentada pode e vai contribuir com a Fabico e com o Programa de Pós-graduação em Comunicação, onde percorreu grande parte de sua trajetória como professora, orientando alunos de mestrado e doutorado.

Certamente, vai viajar mais. Os pais, que a ensinaram a apreciar o belo e a ter uma atitude generosa em relação à vida, também lhe despertaram o gosto pelas viagens. Sua infância ficou marcada por idas inesquecíveis ao Espírito Santo. Na década de 70, junto com o marido, passou dois meses viajando de carona pelo Brasil. Depois, viajou dois meses pela América Latina. Sempre de carona. Após o retorno do México, participou de um curso para professores de comunicação no Ciespal, um centro de estudos de comunicação para América Latina, com sede em Quito, no Equador, patrocinado pela Fundação Friedrich Ebert.

Já nos anos 90, junto da Fundação Walter Benjamin em Buenos Aires, deu curso e participou de projeto sobre o tema *O Jornalista como historiador do presente*, com a professora Alicia Entel, patrocinado pela Federação Latino-americana das Faculdades de Comunicação. Além disso, participou de muitos congressos e seminários internacionais. Recentemente ficou um ano em Barcelona, na Espanha, no Núcleo de Pesquisa em Jornalismo na Universidade Autônoma de Barcelona, o que lhe deu um título de pós-doutorado.

CONTAR HISTÓRIAS

"Sou de uma família que valoriza contar histórias. Contar e recontar a história da família, ler em voz alta, 'contar' a receita do bolo. Quem escolhia ser jornalista era porque tinha gosto por contar histórias. E a minha geração ainda acrescentava a opção contar uma história política, ou a história política do nosso país. Uma leitura definitiva na minha opção pelo jornalismo foi o livro da jornalista Jurema Finamor, o relato de uma viagem a Cuba. Jornalismo era igual a viagem, compromisso político, transformações sociais."

VIDA PROVISÓRIA

"Pela manhã eu ia à aula na Sociologia, almoçava, trabalhava um turno (à tarde e parte da noite) e ia para a aula no Jornalismo. E ainda encontrava tempo para fazer teatro, muitas vezes ensaiava depois da aula noturna. Fiz *Morte e Vida Severina* e *Cordélia Brasil*, com o grupo da Casa de Estudante e direção do Nei Laux, aluno da Arquitetura. No Teatro de Arena, fiz curso com a Alba Rosa e o Jairo de Andrade. A gente levava uma vida provisória: vivia intensamente o presente, sem nenhuma preocupação com aquisições ou segurança econômica."

O CAMINHO DA DESCOBERTA

"Eu queria tudo ao mesmo tempo: fazer política, ter uma profissão, acompanhar as questões culturais, ter família, cozinhar bem, curtir os amigos. Foi lavando louça e passando fraldas que pensei muitas coisas interessantes e me tornei mais sensível e compreensiva com os dramas dos outros. Descobri que não era necessário estar diante de um computador para pensar, preparar aulas ou desenvolver teses. Nem precisava deixar de fazer coisas prosaicas, próprias de gente comum, para seguir uma trajetória na universidade."

NOÇÕES DE INFÂNCIA

"Meus pais me deram forte noção de comunidade e uma noção harmoniosa da vida. Aprendi que havia uma relação entre ter conhecimento e ser generoso: quem tivesse acesso ao conhecimento seria naturalmente um sujeito moral e dádivo. Pela tradição de família e pela concepção socialista que posteriormente orientou minha visão de mundo, eu não poderia imaginar ou aceitar que o mundo ia ser como acabou sendo... A gente sabe tanto sobre tudo, e como é que isso não tem uma relação com uma vida mais amorosa, mais igualitária, mais justa?"

PRIMEIRA GERAÇÃO

"Com os programas de pós-graduação, estamos formando a primeira geração de professores dos cursos de comunicação do sul do país. Hoje, há muitas escolas de comunicação e todas estão exigindo professores com mestrado, cargos que estão sendo ocupados por nossos ex-alunos. Estou curtindo o convite de ex-alunos para fazer aberturas de semanas acadêmicas ou avaliar projetos de cursos. Só agora estou tendo essa liberdade. Viajo muito pelo interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ao encontro desses ex-alunos. É gratificante."

LIVROS E BONECAS

"Quando criança, eu gostava mais de livros que de bonecas. Ainda tenho guardado um livro que ganhei quando tinha cinco anos de idade. Mas, uma vez, em Lima, no Peru, entrei numa loja de artesanato indígena onde havia muitas bonecas e disse para a índia que atendia: 'Que bonecas lindas, eu não saberia qual escolher'. Ela me olhou com uma tal sabedoria e disse: 'A que deve ir contigo já te escolheu'. Estava querendo dizer que eu tivesse sensibilidade para perceber qual deveria ser minha. Escolhi uma boneca grande, grávida e carregando um filho no colo."

TESTEMUNHO DA DOR

"Os livros estão pra mim em primeiro lugar na hierarquia das coisas indispensáveis para viver e sobreviver. Eles explicam, acalantam, confortam, dão prazer, estarcem. Queria ler *Os Thimbault*, de Roger Martin du Gard. Gosto muito dessa literatura histórica, entre o ensaio, a ficção e o testemunho. No momento, estou voltada para uma literatura que descreve de forma mais realista o mundo em que estamos vivendo: Imre Kertesz, Günther Grass e a indiana Chitra Divakaruni, autora de *A Senhora das Especiarias*, gente que reescreveu como ficção a dor vivida."

POBRE AMÉRICA LATINA

"O que me faz ter mais tristeza em relação à América Latina é que esses povos, nós, poderíamos viver mais tranquilos e felizes se não tivessem incorporado a concepção norte-americana de mundo e sua violência em torno do consumo. Se não tivessem sido espoliados pelos que roubaram nossas riquezas e pelos que nos emprestaram dinheiro para ingressarmos no mundo desenvolvido, o que nos manteria dependentes por muitas gerações e bem pouco desenvolvidos."

SÓ PARA INCLUIDOS

"Hoje, a linguagem é inclusiva aos consumidores e fala como se todos estivessem conectados à Internet, todos falando no celular. Para a sociedade de consumo, só tem estatuto de existência quem tem poder aquisitivo. E isso vai fazendo com que as pessoas não tenham nenhuma solidariedade. Ao contrário: nessa sociedade a gente aprende a ter desprezo pelos mais fracos, pelos que não estão nas rodas do consumo. Como é que essa sociedade - que fala no outro, na diversidade, na pluralidade - despreza tão profundamente o excluído do consumo?"

NÃO À BARBÁRIE

"Uma das grandes experiências que vivi foram as manifestações contra a guerra do Iraque em Barcelona. Eu pensava: como é possível que o mundo todo esteja dizendo não à guerra, e os Estados Unidos continuem atuando da mesma maneira. Estamos vendo na televisão os horrores da guerra, estamos nos manifestando contra e não somos capazes de intervir, a não ser no plano do discurso. Esta constatação eu vivo como uma frustração da nossa geração. Como falar de vitórias pessoais quando se está tão ameaçada pela visão do sofrimento do outro?"

NO BAIRRO E NO MUNDO

"Caminhando no meu bairro (Rio Branco) vejo que está aumentando o número de moradores de rua. Antes só havia homens, agora há mulheres também. Eu imaginava que o PT na Prefeitura poderia dar uma resposta a isso, mas já se viu que o problema é infinitamente maior, é mundial. Como mostra o filme de Stephen Frears, *Coisas sujas e belas*, ou o filme de Agnès Varda, *Les glaneurs et la glaneuse*, que mostra europeus vivendo como catadores de lixo."



"Estamos vendo na televisão os horrores da guerra e não somos capazes de intervir, a não ser no plano do discurso."

De jornalistas e professores

Como jornalista e como professora, Christa teve uma perspectiva do jornalismo como atividade intelectual, de intervenção pública. Lia muito jornal e prourou relacionar com as ciências sociais o pouco que havia de teoria da comunicação. Considera que, hoje, se faz um jornalismo de empreendedores, que dominam a tecnologia. "Me sinto fora de lugar, porque parece que aquilo que eu sei não tem mais muita razão de ser. Não estou dizendo que ter uma perspectiva social não tenha lugar nesse contexto, mas acho que está deslocado e é secundário."

Ela observa que a redação não é mais o local de trabalho do jornalista, nem o jornalismo é mais uma profissão de trabalho coletivo e que exige espírito crítico. "O bom jornalista, hoje, é aquele que tem domínio da tecnologia, até para poder ser auto-suficiente, criar seu jornal *on-line*, ter boas relações no mundo dos negócios e saber inglês. São outros os atributos solicitados."

"Nós éramos jornalistas sabendo que seríamos assalariados para sempre, e tínhamos noção de classe. Hoje, o jornalista é um empreendedor, um indivíduo que deve saber vender o seu trabalho. Acho também que os jornalistas continuam sendo assalariados. Antes, de assalariados pobres, agora de pequenos empreendedores, quase sempre ainda pobres."

Christa considera fundamental, em determinados cursos, como o de Jornalismo, poder contratar professores sem titulação e com carga horária menor. "Trazer um profissional que está no mercado para dar uma aula vale muito mais do que trazer alguém que nunca botou o pé numa redação e é super titulado. Esta combinação deveria estar prevista. Isso eu acho que são os limites da estrutura da universidade pública. O princípio pode ser o mais correto possível (só entra por concurso e com titulação), mas determinados cursos têm um tipo de natureza que deveria prever brechas. Para que esse currículo tivesse tido resultado, ele precisaria ter previsto algumas transgressões."

Ela acha também que o Curso de Jornalismo tem que ter professores de variadas formações. "Gente que não fique a vida toda, que tenha uma certa mobilidade interna. Os professores fixos têm que sair de vez em quando, para se reciclar, voltar a trabalhar inclusive em redação. É um curso diferenciado, uma profissão diferenciada. Num tempo de reivindicação da pluralidade e de aceitação da diversidade, como é que não somos capazes de entender a especificidade de um curso em relação a outro?"